

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

VICTOR HUGO SILVA DE ALMEIDA

**A TRAJETÓRIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E O ADVENTO DA  
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: JULGADOS DO STJ E MARCOS LEGAIS**

CURITIBA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

VICTOR HUGO SILVA DE ALMEIDA

**A TRAJETÓRIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E O ADVENTO DA  
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: JULGADOS DO STJ E MARCOS LEGAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para conclusão do Curso de Direito do Programa  
de Graduação em Direito da Faculdade de Direito,  
Setor de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ilton Norberto Robl Filho.

CURITIBA

2019



## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus, senhor de todas as coisas, que me fez o mais valente e insatisfeito no vale da sombra da morte.*

*Agradeço minha mentora, Maria Cláudia Xavier, que salvou e salva muitas vidas na quebrada com as suas aulas de biologia e o seu incentivo ao sonhar.*

*Agradeço minhas mães, Flaviana Rocha Silva e Jane Quelli Silva de Almeida, por nunca me deixarem ser igual a todo mundo. Aos meus irmãos Fabrício e Diego. Toda força ao clã!*

*Agradeço ao amor da minha vida, Diana de Souza Fernandes, sem a qual o meu corpo seria apenas um espaço vazio. Nunca esquecerei que terminamos esse trabalho no dia do seu aniversário.*

*Agradeço à Adriana, Gi e Luciano Fernandes, que me acolheram no seio de seu ninho e me fizeram amar este lugar. Muito dos debates deste trabalho foram feitos nos almoços de domingo no lar da família Fernandes.*

*Agradeço à Casa do Estudante Luterano Universitário, por seu abrigo e ensinamento. CELU!*

*Agradeço à Universidade Federal do Paraná, minha alma mater, por todas as oportunidades e todo o conhecimento que me foram dados. Scientia et Labor!*

*Agradeço aos meus professores da Universidade Federal do Paraná, que me ensinaram acerca da nobreza do conhecimento e da insatisfação por respostas fáceis.*

*Agradeço ao professor Dr. Ilton Robl Filho, meu orientador, por sua humildade, sabedoria e generosidade. Por ter me estendido a mão e oportunizado a produção das ideias aqui depositadas.*

*Agradeço aos membros de minha banca, professor Dr. Fabrício Tomio e Rodrigo Kanayama. Os jogos ocultos da vida jamais serão percebidos aos meus olhos.*

*Agradeço especialmente para Tadeu Luis Longares, servidor da UFPR, amigo de todas as burocracias e sem o qual o presente trabalho jamais teria sido redigido.*

*Agradeço ao meu irmão, sangue do meu sangue, Lucas “Luki” Lima de Souza, espero-te, ansiosamente, no topo.*

*Agradeço a todos vocês.*

*Ground Control to Major Tom.*

*Ground Control to Major Tom.*

*Take your protein pills and put your helmet  
on.*

*Ground Control to Major Tom.*

*Commencing countdown, engines on.*

*Check ignition and may God's love be with  
you.*

(David Bowie – Space Oddity)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 DIREITO AO ESQUECIMENTO.....</b>	<b>12</b>
1.1 ORIGENS E FUNDAMENTOS DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO MUNDO .....	13
1.2 RECONHECIMENTO NO BRASIL .....	16
1.2.1 Caso Chacina da Candelária (RESP nº 1.334.097/RJ).....	18
1.2.2 Caso Aída Curi (RESP nº 1.335.153/RJ).....	20
1.2.3 Caso Chacina da Candelária x Caso Aída Curi: a dupla posição do STJ.....	21
1.3 O ADVENTO DA INTERNET E OS NOVAS DEMANDAS ENVOLVENDO DIREITO AO ESQUECIMENTO .....	22
<b>2 ESQUECIMENTO E INTERNET.....</b>	<b>25</b>
2.1 SUBDIVISÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: CASOS PRECURSORES.....	26
2.1.1 Direito à reabilitação.....	27
2.1.2 Direito à obscuridade .....	29
2.1.3 Direito ao apagamento .....	30
2.1.4 Direito à desindexação .....	32
2.1.5 Direito ao esquecimento digital .....	33
2.2 ESTUDO DE CASOS DO STJ ENVOLVENDO O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET 34	
2.2.1 Caso Xuxa Pedófila (Resp. nº 1.316.921).....	34
2.2.2 O Caso dos Juízes Pedófilos (Reclamação nº 5.072/AC). .....	36
2.2.3 O Caso Gazeta Online (Reclamação nº 18.685/ES) .....	39
2.2.4 O Caso da Discrepância do Resultado de Busca (RESP nº 1.582.981/RJ) .....	39
2.3 PRIMEIROS ENTENDIMENTOS “CONSOLIDADOS” DO STJ.....	40
<b>3 O DESENVOLVIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A JURISPRUDÊNCIA</b>	
43	
3.1 MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI Nº 12.965/2014) .....	43
3.2 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018) .....	46
3.3 INDÍCIOS DE ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO STJ: O RESP 1.660.168/RJ .....	52
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>

## **RESUMO**

Esse trabalho estuda a trajetória do direito ao esquecimento e o impacto nele causado pelas mudanças tecnológicas e especialmente com a internet. Inicia-se por uma breve retomada dos primeiros casos no mundo e no Brasil, para, em seguida, incluir-se o fator “internet” em sua análise. Em seguida, são trazidas recentes elaborações da doutrina que permitem considerar e identificar as peculiaridades do caso concreto deste direito, destrinchando-se o esquecimento em subcategorias. É feita a análise de julgados do Superior Tribunal de Justiça que trataram do direito ao esquecimento dentro da internet, a fim de verificar quais as tendências e argumentos que ganharam ou perderam força ao longo do tempo. Também se atenta para os impactos do Marco Civil da Internet e possivelmente da Lei Geral de Proteção de Dados nos julgados mais recentes, a partir da análise mais aprofundada do recurso especial 1.660.168/RJ.

**Palavras-chave:** direito ao esquecimento, dados pessoais, direitos da personalidade, internet, intimidade.

## **ABSTRACT**

This work studies the trajectory of the right to be forgotten and the impact inflicted upon that right by the development of technology, more especially by the internet. It begins by a brief recapture of the world's and Brazil's first cases on the subject, followed by an analysis of how internet interfered on the matter. Next, recent doctrine is researched, subcategorizing the right to be forgotten, and making it possible to distinguish cases that would otherwise be thought to be similar, but are actually different. Then, an analysis is made of the cases of the Superior Court of Justice in Brazil about the right to be forgotten in the internet, to verify which are the tendencies and arguments that have won or lost force through time. Finally, the recent impacts of Brazilian's Internet Law Framework and Data Law are pointed out in recent cases, and the special appeal 1.660.168/RJ wins a place of importance.

**Key-words:** right to be forgotten, personal data, personality rights, internet, intimacy.



## INTRODUÇÃO

Para falar em proteção de dados e direito ao esquecimento atualmente, antes é preciso entender a virada histórica que originou o tema a ser tratado. O início da segunda década do século XXI foi marcado pelo surgimento da Quarta Revolução Industrial, inaugurando a estabilidade dos sistemas *ciber*-físicos, a computação em nuvem e a internet das coisas.

A Indústria 4.0<sup>1</sup> é a consolidação da modernidade fluída, descrita pelo escritor Zygmunt Bauman em suas obras, dez anos antes da própria Quarta Revolução Industrial. Ele alerta em sua obra<sup>2</sup>: “O que foi separado não pode ser colado novamente. Abandonai toda esperança de durabilidade, tanto futura como passada, vós que entraís no mundo da modernidade fluída”. Trata-se de uma referência à mensagem que reside na porta do inferno, na obra de Dante Alighieri, “Divina Comédia”, alertando o protagonista e seu mentor, Virgílio, sobre o que enfrentariam na travessia. Tal comparação, entre o alerta de Bauman e Dante, merece uma análise própria.

Enquanto Dante alimenta a rigidez da modernidade sólida, religiosa, totalitária, nacionalista e imutável, Bauman, por sua vez, inaugura a modernidade líquida, marcada pela globalização da humanidade, mas também principalmente pela fluidez das relações humanas, pelo cosmopolitismo e pela volatilidade socioeconômica. No “inferno” de Dante, o familiar e o eterno estão presentes, sua presença é perpetua; em Bauman, o “inferno” está a mudar todo o tempo, é volátil, sua imprevisibilidade não o permite assumir caráter absoluto. O inferno é a própria insegurança causada pela mudança contínua e incontrolável<sup>3</sup>.

Em comum, ambos os autores representam o prenúncio de um novo modelo de sociedade que está a surgir. Dante representa o começo do fim da baixa idade média tardia, e um lampejo de uma sociedade que acordava com o alvorecer da Idade Moderna. Bauman, ao seu turno, reflete sobre a resolução da era dos extremos<sup>4</sup>, no fim do breve século XX, com o início da pós-modernidade<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> HERMANN, Mario; PENTEK, Tobias; OTTO, Boris - **Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios: A Literature Review** - Working Paper No. 01 / 2015. Disponível em: [http://www.iim.mb.tu-dortmund.de/cms/de/forschung/Arbeitsberichte/Design-Principles-for-Industrie-4\\_0-Scenarios.pdf](http://www.iim.mb.tu-dortmund.de/cms/de/forschung/Arbeitsberichte/Design-Principles-for-Industrie-4_0-Scenarios.pdf). Acesso em: 20 jul 2019.

<sup>2</sup> BAUMAN, Zygmunt – **Modernidade Líquida** – Zahar. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. 2001. Pág. 32.

<sup>3</sup> BAUMAN, Zygmunt – **Medo Líquido** – Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar. 2008. Pág. 96-126.

<sup>4</sup> HOBBSBAWN, Eric – **A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991** – Companhia das Letras. 2ª Ed. Trad. Marcos Santarita. São Paulo. 1995.

<sup>5</sup> BAUMAN, Zygmunt – **O mal-estar da pós-modernidade** – Zahar. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro. 1998.

O presente trabalho, portanto, parte do pressuposto histórico de consolidação da modernidade líquida de Bauman, de caráter fluido, amorfo e imprevisível – a própria Indústria 4.0 é parte integrante da modernidade líquida. Definido o conceito de sociedade sobre o qual se assenta o presente trabalho, parte-se, agora, para suas características singulares.

Não há como falar em liquidez, sem falar em vigilância, nas palavras de Bauman<sup>6</sup>: “(...) a vida líquido-moderna é uma vida de suspeita permanente e vigilância incessante”. A capacidade da robótica, aliada a uma rede computacional-global cada vez mais coesa e íntima, tornam a panóptica de Bentham<sup>7</sup> viva e pulsante. Trata-se, cumpre destacar, da internet das coisas<sup>8</sup>. Na IoT (*Internet of Things*) ocorre a ligação do cotidiano doméstico com a rede de computadores. Comer, beber, comprar e até mesmo deslocar-se está, agora, na capacidade de conexão do dispositivo. O consumo, na IoT, está em um clique, bastando que se esteja conectado e que forneça os dados certos – ativa ou passivamente.

Há que se observar, o panoptismo foucaultiano, controverso e mecânico, surge de maneira simplória – mas, por si só, essencial – na vida do cidadão. Ao iniciar um computador, ligar seu *smartphone*, acessar uma rede social, ou mesmo realizar uma pesquisa no seu mecanismo de busca preferido, o usuário concorda com os “termos de uso” e cede à vigilância. Seus dados são consumidos, manipulados, distribuídos e redimensionados dentro de uma rede sem a qual o usuário ver-se-ia amputado de grande parte das suas relações sociais e de consumo. Embora escrito em contexto completamente distinto por Michel Foucault<sup>9</sup>, o excerto a seguir pode muito bem ser utilizado para descrever tal fenômeno:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os

<sup>6</sup> BAUMAN, Zygmunt – **Medo Líquido** – Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar. 2008. Pág. 66.

<sup>7</sup> BENTHAM, Jeremy – **O Panóptico** – Tomaz Tadeu (org). Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Pág. 89-124

<sup>8</sup> SANTOS, Bruno P.; SILVA, Lucas A. M.; CELES, Claysson S. F. S; NETO, João B. Borges; PERES, Bruna S.; VIEIRA, Marcos Augusto M Vieira; VIEIRA, Luiz Filipe M.; GOUSSEVSKAIA, Olga N.; LOUREIRO, Antônio A. F. – **Internet das Coisas: da Teoria à Prática** – Departamento de Ciência da Computação – UFMG. Acesso em: <https://homepages.dcc.ufmg.br/~mmvieira/cc/papers/internet-das-coisas.pdf>. Visto em 04 de outubro de 2019.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel – **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** – Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. Pág. 163-164.

vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar.

Outra característica marcante da sociedade líquida é o excesso de informação – ou a hiperinformação<sup>10</sup> da hipermodernidade de Lipovetsky<sup>11</sup> – que se tornou condição essencial dessa fluidez. Essencialmente, a rede global de computadores tornou a presente sociedade, pelo bombardeio informacional cotidiano, a geração mais informada da história humana.

Esse poder informacional, aliado à Computação em Nuvem, consolida alto poder de processamento de dados. Os dados são registrados, processados, convertidos e reutilizados para consumo. Tudo fica registrado na rede, de maneira ativa ou passiva pelo usuário, aparentemente transparente<sup>12</sup>, mas fora de seu absoluto controle. O fluxo é grande demais e intenso demais para que seja completamente controlado pelo cidadão. Há uma espécie de “etiquetamento”<sup>13</sup> involuntário do usuário, com seus gostos e opiniões, nutridas por sugestões do sistema computacional, com base nos dados colhidos<sup>14</sup>. Trata-se de um sistema altamente vigiado e controlado para adaptar-se aos dados fornecidos pelo usuário; é uma relação simbiótica entre o usuário, o consumo e a rede. Laura Schertel Mendes<sup>15</sup>, sobre o tema, explica:

Antigamente, o termo vigilância era utilizado para se referir a fenômenos específicos de controle, relacionados a investigações policiais e a serviços de inteligência governamentais. Atualmente, com o enorme processamento de dados pessoais pelas empresas para a análise detalhada e tomada de decisão, a vigilância tornou-se uma característica do cotidiano na sociedade contemporânea. Os mais diversos tipos de entidades realizam a vigilância de cidadãos, consumidores e empregados no dia-a-dia. A consequência disso é a classificação das pessoas em categorias de acordo com a avaliação de seus riscos e a discriminação do acesso a determinados bens e serviços, de modo a afetar significativamente as suas chances de vida.

Todo esse aparato que seleciona os indivíduos e os cadastra dentro do sistema por meio de seus dados, afeta a privacidade individual do usuário. Conceitos relacionados à personalidade, tais como privacidade, direito de imagem ou a intimidade, tendem a ser

<sup>10</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – **O direito ao esquecimento na sociedade da informação** – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019. Pág. 40.

<sup>11</sup> MOTA, Leonardo de Araújo e – **Os Tempos Hipermodernos, de Gilles Lipovetsky** – Revista de Ciências Sociais. Vol. 35, Nº 2. Pág. 135-138.

<sup>12</sup> BIONI, Bruno Ricardo – **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento** – Rio de Janeiro. Editora Forense. 2019. Pág. 191-197.

<sup>13</sup> MENDES, Laura Schertel – **Transparência e privacidade: violação e proteção da informação pessoal na sociedade de consumo** – Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da UnB. Brasília. 2008. Pág. 81-85.

<sup>14</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 15-21.

<sup>15</sup> MENDES, Laura Schertel – Op. cit. Pág. 82.

esvaziados nessa lógica. As políticas de privacidade entre usuários são exaltadas<sup>16</sup>, mas não há o mesmo destaque ou questionamentos no âmbito da privacidade entre o usuário e as plataformas utilizadas. Não há preocupações dos usuários sobre o que o Google, o Facebook ou o Youtube realizam com os dados fornecidos. Muitos sequer consideram que essas são empresas privadas, com interesses e finalidades próprias, e, ainda que considerassem, a internet das coisas torna indispensável o uso e fornecimento de dados, de modo que muitos usuários – pessoa física ou jurídica – não podem sustentar-se sem a rede.

Nesta toada, urgem os questionamentos: como ser esquecido na sociedade da informação? Seria possível, para viabilizar o direito ao esquecimento, o manejo das redes de dados visando garantir a privacidade e a intimidade do usuário frente a rede globalizada e seus atores? Tentar-se-á, nesse trabalho, ampliar o debate sobre esse tema, por meio de uma análise histórica, da avaliação de casos concretos – em especial do Superior Tribunal de Justiça – e dos marcos legais sobre o tema no Brasil.

---

<sup>16</sup> XAVIER, Simone Isabela de Rezende – **Privacidade em redes sociais: uma análise da experiência dos usuários** – (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2014. Pág. 11-13.

## 1 DIREITO AO ESQUECIMENTO

Inicialmente, é importante traçar o contexto histórico acerca do direito ao esquecimento. Após, será realizada uma breve apresentação dos campos de incidência e aplicabilidade do direito ao esquecimento. Por ora, cumpre usar a definição de Acioli e Ehrhardt Júnior<sup>17</sup>, quando parafraseiam Correia JR.<sup>18</sup>:

Em definição bastante sintética, podemos dizer que o direito ao esquecimento é “[...] o direito de uma determinada pessoa não ser obrigada a recordar, ou ter recordado certos acontecimentos de sua vida”.

Desde já, ressalva-se que o direito ao esquecimento não é instrumento para que as pessoas apaguem irrestritamente suas informações, devendo, contudo, servir de garantia e possibilidade de discutir o “uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados”.<sup>19</sup> Cita-se, neste ponto, as considerações realizadas por Ingo Wolfgang Sarlet:

(...) o chamado direito ao “esquecimento” busca reconhecer que, mesmo que não esteja ao alcance de ninguém apagar da memória o tempo passado nem refazer as suas escolhas pretéritas, ainda assim deverá ter a legítima pretensão jurídica de garantir não venha a ser essa pessoa obrigada a reviver eventos que envolveram seus passados, em razão de seu traço traumático, vexatório ou desagradável, pelo menos quando com isso estiver tendo a sua dignidade e os correspondentes direitos de personalidade afetados de modo desproporcional e, portanto, violados, sem que com isso estejam sendo obstaculizados interesses e direitos legítimos e fundamentais concorrentes<sup>20</sup>.

Neste raciocínio, é visível a ligação entre o direito ao esquecimento e a esfera privada individual. Em síntese, a privacidade, bem como a intimidade, nos termos do Código Civil (artigo 21) e da Constituição de 1988 (artigo 5º), são, na esfera da personalidade, invioláveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e intransmissíveis, e, portanto, direitos humanos fundamentais<sup>21</sup>. Anderson Schreiber, ao falar sobre o termo “direito ao esquecimento” explica que tal expressão

<sup>17</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt – **Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 386

<sup>18</sup> CORREIA JR., José Barros; GALVÃO, Luís Holanda – **Direito Civil: Da Memória ao Esquecimento** – In: CORREIA JR., José Barros; GALVÃO, Vivianny (Org.). **Direito à Memória e Direito ao Esquecimento**. Maceió: Edufal, 2015. p. 22.

<sup>19</sup> CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **VI Jornada de Direito Civil**. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, 2013.

<sup>20</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – **O direito ao esquecimento na sociedade da informação** – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019. Pág. 40.

<sup>21</sup> TEPEDINO, Gustavo (Organizador) – **Problemas de direito civil-constitucional** – Rio de Janeiro: Renovar, 2000. Pág. 111-133.

não é a mais adequada, pois “sugere um controle dos fatos, um apagar da História que, além de ser impossível e indesejável, não se coaduna com o significado técnico por trás da expressão”<sup>22</sup>.

### 1.1 ORIGENS E FUNDAMENTOS DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO MUNDO

O “direito ao esquecimento”, como observado por Paulo Carmona e Flávia Carmona<sup>23</sup>, é denominado, em países de língua inglesa como *right to be forgotten* ou *right to be let alone*. Na França, é chamado de *droit à l’oubli*, e na Espanha é denominado *derecho al olvido* e na Itália, *diritto all’oblio*.

O *droit à l’oubli*, que deu origem ao direito ao esquecimento na Europa, tem sua estreia nas cortes europeias com a decisão, por uma corte francesa, em meados de 1965, quando foi garantido que um ex-condenado não tivesse os motivos de sua condenação expostos em publicações na imprensa. Buscava-se, com essa medida, a garantia de reinserção do sujeito à sociedade.

Nos Estados Unidos da América, entretanto, tal direito foi tratado ainda mais cedo, na década de 1930, no case *Melvin x Reid*. Citam-se, ainda, posições doutrinárias que indicam a incidência da garantia de esquecimento ainda antes do século XX<sup>24</sup>:

Voss e Castets-Renard dizem que alguém pode ir ainda mais longe para encontrar as raízes do direito ao esquecimento na Lei de Imprensa francesa de 1881, que proibia a divulgação de informações pessoais acerca de certos processos judiciais específicos, como dados relacionados a divórcio, separação, filiação entre outras questões de interesse particular.

Contudo, em terras norte-americanas, por força do direito de liberdade de expressão, garantido na Primeira Emenda, o direito ao esquecimento sempre foi tratado com distanciamento. Sarlet diz que o próprio conceito de privacidade, no direito americano, diferencia-se do modelo europeu ou brasileiro “já que, no primeiro caso, privacidade é representada como uma liberdade que deve ser harmonizada com o interesse público, ao passo que, no segundo caso, privacidade envolve uma questão de dignidade e de respeito à

<sup>22</sup> SCHREIBER, Anderson – **As três correntes do direito ao esquecimento** – Artigos – Do Supremo. JOTA. 2017. Pág. 4. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-tres-correntes-do-direito-ao-esquecimento-18062017>. Visto em 20 out 2019.

<sup>23</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; CARMONA, Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli – **A aplicação do direito ao esquecimento aos agentes delitivos: uma análise acerca da ponderação entre o direito à imagem e as liberdades de expressão e de informação** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 439

<sup>24</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 388

personalidade do indivíduo.”<sup>25</sup> É cristalino o entendimento, nos Estados Unidos da América, que o interesse público, representado pela liberdade de expressão, deve sobrepor-se ao interesse privado. Mas mesmo os norte-americanos detêm leis que remetem ao direito de ser esquecido<sup>26</sup>; tais casos serão tratados mais adiante.

O pressuposto inicial do presente trabalho parte de um questionamento simples, mas profundo: quais as transformações trazidas pela era da informação para o direito ao esquecimento?

Uma resposta adequada exige reflexões que transpassem a mera análise jurídica, adentrando concepções sociais e filosóficas. Considerações que consigam enxergar a nova modalidade social com a qual o cidadão do século XXI dialoga no cotidiano. Uma alegoria relevante, sobre a memória humana, é a proposta por Joana Machado e Sergio Negri:

Por sua vez, como seria um Ensaio sobre a Cegueira às avessas? E se a hipótese contra- fática fosse a de super visão e, mais do que isso, a de memória total? Imagine-se que todas as pessoas em qualquer espaço geográfico pudessem ver, acessar, a qualquer momento, todos os fatos? Restaria alguma margem para sermos e fazermos por escolha própria?

Como nos constituiríamos em uma sociedade que tudo vê e nada chega a esquecer, ou perdoar, porque tudo está acessível, a qualquer tempo, a todas as pessoas?<sup>27</sup>

Pode-se extrair do excerto que o direito ao esquecimento não trabalha apenas para garantir que a pessoa não tenha de reviver fatos desagradáveis do passado, mas, principalmente, para que ela possa ter uma “segunda chance social”, um direito de recomeço. Sarlet<sup>28</sup>, também numa alegoria sobre questões da memória humana, faz a análise do conceito do tempo nas teses de Agostinho de Hipona<sup>29</sup> e de Aristóteles<sup>30</sup>.

As alegorias coincidem no sentido de que a formação dos indivíduos e o desenvolvimento de sua personalidade enquanto ser humano, dependem, intrinsecamente, da sua capacidade de memorização. Seria, como previsto por Halbwachs, a construção de uma memória individual

<sup>25</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 116.

<sup>26</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 396

<sup>27</sup> MACHADO, Joana; NEGRI, Sergio – **Ensaio sobre a promessa jurídica do esquecimento: uma análise a partir da perspectiva do poder simbólico de Bourdieu** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 369

<sup>28</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 34 - 38.

<sup>29</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 35.

<sup>30</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 36.

pela observância de uma memória coletiva<sup>31</sup>. A síntese conclusiva feita por Sarlet do pensamento dos filósofos analisados afirma:

(...) pode-se concluir que a memória deve ser compreendida como uma entidade dual, na medida em que será definida por meio de duas atividades distintas que justificam a sua existência e seu modo de operar, quais sejam: a lembrança e o esquecimento. Isso significa dizer que o “lembrar” e o “esquecer” são os dois fatores constitutivos da capacidade memorativa de cada indivíduo.

E é precisamente o influxo dessas duas capacidades formadoras da memória do indivíduo (...) que resulta na constituição da sua identidade e da sua personalidade. Portanto, tanto o lembra quanto o esquecer são atos perfeitamente (e necessariamente!) humanos<sup>32</sup>.

Ainda que seja alvo de merecidas críticas, o direito ao esquecimento não pode ser totalmente descartado. Esquecer é uma das capacidades humanas para o bom funcionamento da personalidade dos indivíduos. Finaliza-se, portanto, este tópico com o esboço de fundamentos materiais, elaborados por Ingo W. Sarlet e Arthur M. Ferreira Neto, que compõe o direito ao esquecimento, no que explicitam:

- (i) O tempo representa categoria que afeta, exclusivamente, os seres humanos, na medida em que estão capacitados a avaliar e mensurar o seu transcurso, refletindo sobre o seu transcurso e sofrendo seus efeitos;
- (ii) O transcurso do tempo, em sua dimensão psicológica, assume relevância apenas no tempo presente, pois não se conhece propriamente nem o passado nem o futuro, *i.e.*, o passado afeta o indivíduo na sua projeção presente, na medida em que o pretérito torna-se relevante enquanto provoca efeitos na atualidade;
- (iii) A capacidade memorial do ser humano dá-se, exclusivamente, em relação a eventos passados, os quais assumem relevância na medida em que eventos já ocorridos são reproduzidos no imaginário mental do indivíduo;
- (iv) A lembrança ou a reminiscência do passado não representa atividade mental neutra nem passiva, uma vez que tais experiências internas levam ou forcem o indivíduo a reviver os vestígios do passado, de modo, inclusive, a “vivenciar” novamente o já ocorrido com maior intensidade; e
- (v) A memória de cada indivíduo (ou, coletivamente, de uma sociedade humana) possui uma feição dual, pois é constituída tanto pela sua capacidade de lembrar, quanto pela sua capacidade de esquecer, razão pela qual as instituições sociais e jurídicas deverão sempre resguardar e proteger – em

<sup>31</sup> HALBWACHS, Maurice – **On Collective Memories** – University of Chicago. Trad. Lewis A. Coser. TUOC: USA, 1992. – Pág. 58 – 80.

<sup>32</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 37.



algum grau – essas duas dimensões da função memorial tipicamente humana.<sup>33</sup>

Estabelecidos pressupostos iniciais, passa-se, agora, para as manifestações do direito ao esquecimento no direito pátrio.

## 1.2 RECONHECIMENTO NO BRASIL

A maioria dos doutrinadores e juristas do Brasil, seja por força da Constituição ou pela herança do período militar, considera o direito ao esquecimento, em maior ou menor grau, um risco à saúde democrática do país. Isso pode ser observado em boa parte das decisões do Superior Tribunal de Justiça que tratam da matéria<sup>34</sup> e nas produções acadêmicas sobre o assunto<sup>35</sup>.

Anderson Schreiber<sup>36</sup>, em análise da audiência pública feita pelo Supremo Tribunal Federal, divide as correntes de direito ao esquecimento no Brasil em três posições: a posição pró-informação, a posição pró-esquecimento e a posição intermediária. Ainda que tal divisão pareça um tanto restritiva – pois o direito ao esquecimento é mais amplo e latente que a mera negação de uma informação e, nas suas múltiplas formas, o esquecimento pode conviver pacificamente com a liberdade informacional – sua análise é importante, possuindo cunho didático, auxiliando a compreender a visão de juristas e cidadãos sobre o tema.

A “posição pró-informação”, além de fundamentar-se no fato de que o direito ao esquecimento não consta expressamente na legislação brasileira, sustenta também que ele não poderia sequer ser extraído dos direitos fundamentais, mesmo daqueles que versam sobre intimidade e privacidade. Por fim, destaca-se a argumentação de que “(...) um direito ao esquecimento seria, ademais, contrário à memória de um povo e à própria História da sociedade.”<sup>37</sup>

A “posição pró-esquecimento”, por outro lado, é calcada nas garantias fundamentais de intimidade e privacidade, e sustenta que tais valores devem prevalecer frente à liberdade de

<sup>33</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 39.

<sup>34</sup> COSTA, José Augusto Fontoura; MINIUCI, Geraldo – **Não adianta nem tentar esquecer: um estudo sobre o direito ao esquecimento** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 414-435

<sup>35</sup> ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues – **Esquecimento, internet e “preferência” da informação: possibilidades de aplicação da doutrina dos preferred rights da jurisprudência norte-americana ao caso brasileiro** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 483-509

<sup>36</sup> SCHREIBER, Anderson – Op. Cit. Pág. 1-4.

<sup>37</sup> SCHREIBER, Anderson – Op. Cit. Pág. 2.

informação de “fatos pretéritos, não atuais”<sup>38</sup>. Do contrário, estar-se-ia a perpetuar penas por meio das mídias e da internet. A posição pró-esquecimento pode ser identificada na decisão do STJ no caso da Chacina da Candelária (RESP 1.334.097/RJ) em que se garante a possibilidade de o indivíduo não ser lembrado contra sua vontade. Explica Schreiber<sup>39</sup>:

O IBCCrim – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, cujo representante defendeu essa posição, chegou a propor um prazo de cinco anos, contados do fim do cumprimento da pena, para que informações sobre condenações penais sejam “apagadas” da imprensa e da internet.

Os defensores da posição pró-esquecimento também estão amparados pelo direito comparado, a exemplo do entendimento europeu no caso do cidadão Mario Costeja González, em que se determinou a desvinculação de seu nome dos motores de busca em face de uma notícia de penhora de imóvel.

Por fim, a “posição intermediária” propõe, nas palavras de Schreiber, não existir uma hierarquização “prévia e abstrata” entre privacidade e liberdade de expressão. Desta forma, não haveria outra solução viável senão a ponderação visando a obter o menor prejuízo possível de interesses da colisão de tais garantias. Sobre tal posicionamento, diz Anderson Schreiber<sup>40</sup>:

Esta foi a posição defendida pelo Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil, que, à luz da hipótese concreta subjacente à audiência pública, qual seja, a veiculação de programas de TV com relato e/ou encenação de crimes reais envolvendo pessoas ainda vivas, chegou a propor parâmetros para a ponderação, como, por exemplo, o parâmetro da fama prévia, que impõe distinguir entre vítimas que possuem outras projeções sobre a esfera pública (retratação do suicídio de Getúlio Vargas ou do assassinato de JFK, em que tende a preponderar a liberdade de informações) e pessoas que somente têm projeção pública como vítima daquele delito (em que tende a preponderar o direito da vítima de não ser reapresentada publicamente à sociedade como vítima de crime pretérito).

Há, portanto, espaço para discussão acerca do “se”, do “quando” e do “como” aplicar o direito ao esquecimento. Segue-se, agora, a análise de casos específicos sobre a tese do esquecimento que ajudaram a inflamar o debate sobre o tema. O STJ, possui notórios julgados sobre o assunto, especialmente por sua dupla posição envolvendo o caso da “Chacina da Candelária” (Resp 1334097/RJ) e o caso “Aida Curi” (Resp 1335153/RJ). Passa-se, então, para análise dos casos notórios na jurisprudência pátria e estrangeira.

<sup>38</sup> SCHREIBER, Anderson – Op. Cit. Pág. 1.

<sup>39</sup> SCHREIBER, Anderson – Op. Cit. Pág. 2.

<sup>40</sup> SCHREIBER, Anderson – Op. Cit. Pág. 2-3.

### 1.2.1 Caso Chacina da Candelária (RESP nº 1.334.097/RJ)<sup>41</sup>.

O caso da Chacina da Candelária<sup>42</sup> foi ajuizado em face da emissora Globo, com pedido indenizatório e de aplicação do direito ao esquecimento, por ter esta última transmitido reconstrução, em forma de documentário, da Chacina da Candelária (1993) no programa Linha Direta Justiça. A emissora citou, com dados reais, o endereço – mostrando fotografias da residência – e o nome de um suposto partícipe do crime. O indivíduo, contudo, já havia respondido as acusações e fora inocentado de todas elas. Em decorrência do documentário, ele teve sua residência vandalizada e foi alvo de inúmeras ameaças.

Dentre os argumentos do autor, está o fato de que a reconstrução do crime atentou contra seu direito à paz, à privacidade, ao anonimato e ao seu direito de ser esquecido pois teria direito de “não ser lembrado contra sua vontade (...) que fora inocentado”<sup>43</sup>. Desta forma, o programa Linha Direta Justiça teria “reaberto antigas feridas já superadas”, violando direito de reabilitação e reintegração em sociedade.

O voto do Ministro-Relator, Luís Felipe Salomão, sustentou que a proteção da privacidade e intimidade deveria prevalecer, ainda que a reconstrução tivesse sido fiel à realidade. O ministro-relator ressaltou a existência de uma vida útil da informação, bem como presunção legal e constitucional de “regenerabilidade da pessoa humana”. Salientou-se, no voto do relator, que o documentário poderia ter sido retratado sem prejudicar a correta descrição dos fatos, meramente ocultando-se o nome ou imagem dos envolvidos. Nas observações de Paulo Carmona e Flávia Carmona<sup>44</sup>:

(...) A quarta turma do STJ reconheceu o direito ao esquecimento ao homem inocentado da acusação de envolvimento na chacina da Candelária, sequência de homicídios ocorridos em 23 de julho de 1993, no Rio de Janeiro. Ele havia sido retratado pelo programa Linha Direta anos depois de absolvido de todas as acusações. Segundo o Ministro Luis Felipe Salomão, embora a chacina da Candelária tenha se transformado em fato histórico, expondo “as chagas do país ao mundo”, a “fatídica história poderia ter sido contada de forma fidedigna sem que para isso a imagem e o nome do autor precisassem ser expostos em rede nacional”.

<sup>41</sup> **RESP nº 1.334.097/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

<sup>42</sup> **RESP nº 1.334.097/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

<sup>43</sup> MACHADO, Joana; NEGRI, Sergio – **Ensaio sobre a promessa jurídica do esquecimento: uma análise a partir da perspectiva do poder simbólico de Bourdieu** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 377.

<sup>44</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; CARMONA, Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli – **A aplicação do direito ao esquecimento aos agentes delitivos: uma análise acerca da ponderação entre o direito à imagem e as liberdades de expressão e de informação** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017. Pág. 441.

Cita-se, ainda, as considerações de Renata C. Steiner<sup>45</sup>, versando sobre o caso, dispõe:

A necessária ponderação levou em consideração, por evidente, a impossibilidade de modificação da história, mas a possibilidade de recontar fatos pretéritos sem menção expressa àqueles que têm o direito de serem esquecidos. Na medida em que isso seja possível, e à luz do entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, haveria ofensa à dignidade da pessoa na atuação contrária.

O pedido do autor foi julgado procedente neste caso, com base do direito ao esquecimento, o qual, no entender do Superior Tribunal de Justiça, estaria no bojo da proteção da dignidade da pessoa humana no texto constitucional. Segundo o STJ, a própria Carta Magna Brasileira, em abstrato, possibilita a proteção da pessoa humana no conflito entre a liberdade de imprensa e direitos da personalidade – imagem, privacidade e intimidade. A primazia da proteção da dignidade humana estaria resguardada logo no início do diploma constitucional<sup>46</sup>.

Irresignada com a decisão, a TV Globo interpôs o recurso especial perante o STJ, o qual, contudo, teve seu provimento negado por unanimidade pela 4ª Turma, restando mantida a condenação ao pagamento de R\$50.000,00 a título de indenização.<sup>47</sup>

Não obstante o entendimento do STJ tenha sido em prol do esquecimento, há posicionamentos contrários na doutrina. O passado histórico do Brasil – uma das nações sul-americanas sob julgo dos regimes militares do século XX – gerou posicionamento que defende a prevalência da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa nas situações em que estas colidirem com direitos da personalidade. Diz Joana Machado e Sergio Negri<sup>48</sup>:

De todo modo, tentar imputar ao próprio texto constitucional uma preferência pelos direitos da personalidade configura nítida estratégia discursiva do Tribunal em camuflar ou ao menos atenuar a construção que realizou ao reconhecer, sem qualquer conformação constitucional prévia, suposto direito ao esquecimento como razão jurídica. Inovar a partir do nada tem mais ônus político do que densificar escolha já iniciada pelo texto constitucional. O órgão julgador, assim, vale-se da autoridade do texto constitucional para

<sup>45</sup> STEINER, Renata C. – **Breves Notas Sobre Direito Ao Esquecimento. Direito Civil Constitucional: A Ressignificação Da Função Dos Institutos Fundamentais Do Direito Civil Contemporâneo E Suas Consequências**. Coord. Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, Eduardo Nunes de Souza, Joyceane Bezerra de Menezes, Marcos Ehrhardt Júnior. Conceito Editorial. Florianópolis. 2014. Pág. 95.

<sup>46</sup> MACHADO, Joana; NEGRI, Sergio – **Ensaio sobre a promessa jurídica do esquecimento: uma análise a partir da perspectiva do poder simbólico de Bourdieu** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 Pág. 378.

<sup>47</sup> CARVALHO, Igor Chagas de - **Direito Ao Esquecimento: Reação À Expansão Sistêmica Dos Meios De Comunicação De Massa?** – Brasília, Distrito Federal. Dissertação, Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, 2016. Pág.11.

<sup>48</sup> MACHADO, Joana; NEGRI, Sergio – Op. Cit. Pág. 378.

legitimar escolha que ele próprio realiza ao sustentar que o caminho decisório já estava em algum nível pavimentado pelo texto.

Outro caso, tratado na sequência, é o caso Aída Curi, consolidando a posição dupla do Superior Tribunal de Justiça.

#### 1.2.2 Caso Aída Curi (RESP nº 1.335.153/RJ)<sup>49</sup>.

O caso Aída Curi trata de um homicídio ocorrido em Copacabana, no Rio de Janeiro, no fim da década de 1950. Na ocasião, um grupo de jovens, arrastou e estuprou a jovem Aída Jacob Curi, após meia hora de tortura e luta pela vida. Consumado o ato, na tentativa vã de encobrir o crime forjando um suicídio, os estupradores arremessaram o corpo da jovem do topo do Edifício Rio Nobre. Aída faleceu em resultado da queda.

O caso foi amplamente noticiado, sobretudo a foto do corpo da jovem moça caída na calçada do edifício. Os principais acusados – Ronaldo Castro e Antônio Sousa – foram inocentados da acusação de homicídio, mas condenados por tentativa de estupro e atentado violento ao pudor. O primeiro cumpriu sua pena, o segundo desapareceu. O terceiro acusado – Cássio Murilo, menor de idade na data dos fatos – foi condenado por homicídio, mas sua idade o eximia do sistema prisional tendo sido encaminhado ao Sistema de Assistência ao Menor (SAM).

À época, o crime foi amplamente divulgado – as capas dos jornais de grande circulação não pouparam a população da imagem da vítima na calçada do Edifício Rio Nobre – e ganhou contornos históricos relevantes. Quando, no ano de 2013, ou seja, sessenta anos depois, o programa da TV Globo, Linha Direta Justiça, decidiu reproduzir o caso por meio de documentário, os irmãos da vítima ingressaram com uma ação alegando que a reprodução do caso abriria velhas feridas e que, ao divulgar o assassinato, a emissora agiu de forma a explorar a tragédia familiar. Os autores da ação, parentes de Aída Curi, reivindicaram o pagamento de danos morais e materiais com base no direito ao esquecimento<sup>50</sup>.

No Caso Aída Curi, o Superior Tribunal de Justiça decidiu de maneira diversa do Caso Chacina da Candelária, na medida em que foi julgado improcedente o pedido, sob

---

<sup>49</sup> **RESP nº 1.335.153/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

<sup>50</sup> BATALHA, Taianne Nayrara Sampaio – **Análise do direito ao esquecimento em face do princípio constitucional da vedação das penas de caráter perpétuo** – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2014. Pág. 16-18. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000018/00001848.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

argumentação de “ausência de contemporaneidade da notícia”, e de que as feridas abertas, em decorrência do tempo, podem ser superadas<sup>51</sup>.

Não se pode olvidar, por fim, do voto destoante exarado pelo Ministro Marco Buzzi que concluiu pela possibilidade de admissão do direito ao esquecimento, pois a informação do assassinato da jovem estaria desprovida de interesse público ou histórico, bem como no direito ao esquecimento que dispõe a família da vítima<sup>52</sup>.

### 1.2.3 Caso Chacina da Candelária x Caso Aída Curi: a dupla posição do STJ

Como observado, no STJ, a mesma 4ª Turma da Corte que julgara o caso da Chacina da Candelária (Resp nº 1.334.097/RJ), julgou o Caso Aída Curi (Resp nº 1.335.153/RJ), apresentando posições diferentes: no primeiro, aplicou o direito ao esquecimento, e, no segundo, não. Necessária, então, breve análise sobre o que motivou a corte a decidir de maneira diversa.

A 4ª Turma do STJ debruçou-se sobre a ponderação do direito fundamental à informação em colisão com o direito fundamental da vida privada. No Caso Candelária prevaleceu o segundo, viabilizando o direito ao esquecimento; no Caso Aída, ao contrário, prevaleceu a informação.

A corte sustentou que no Caso Candelária o fato poderia ter sido descrito sem que o acusado fosse identificado e divulgado, entendendo que existe um “direito ao esquecimento dos condenados que cumpriram pena e dos absolvidos”<sup>53</sup>.

No Caso Aída Curi, ao seu turno, a Corte se pautou no argumento da temporalidade do fato, uma vez que haveria “clara ausência de contemporaneidade” na tragédia e, ainda que o programa fosse ao ar, para os julgadores, algumas feridas seriam superadas com o transcurso do tempo. Outra observação que merece destaque é o fato de – diferente no Caso Candelária – não ter sido a própria Aída que requereu o direito ao esquecimento, mas sim seus irmãos. Cumpre ressaltar também o argumento, muito explorado na discussão dos primeiros casos, acerca da historicidade dos fatos discutidos. Ainda que o sofrimento possa estar presente quando se rememora determinados acontecimentos, os ministros do STJ sustentam que os fatos

---

<sup>51</sup> ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues – Op. Cit. Pág. 496-497.

<sup>52</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 158.

<sup>53</sup> **RESP nº 1.334.097/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

ditos “históricos” prevalecem. Sobre a historicidade dos fatos, observe-se o que disse Marcio André Lopes Cavalcante<sup>54</sup>, citado no trabalho de Maria Vital da Rocha, Isaac Rodrigues Cunha e Karin de Fátima Rodrigues Oliveira<sup>55</sup>:

(...) o direito ao esquecimento que ora se reconhece para todos, ofensor e ofendidos, não alcança o caso dos autos, em que se reviveu, décadas depois do crime, acontecimento que entrou para o domínio público, de modo que se tornaria impraticável a atividade da imprensa para o desiderato de retratar o caso Aída Curi, sem Aída Curi.

Sarlet diz que, ainda que diametralmente opostos, nos dois julgados não haveria uma contradição da Corte Superior Brasileira, pois da colisão de direitos fundamentais é indispensável que os operadores do direito analise as “particularidades de cada caso, do peso dos direitos envolvido, bem como do impacto resultante de sua maior ou menor proteção, tudo mediante uma operação de ponderação destinada a estabelecer um equilíbrio e uma solução adequada do ponto de vista jurídico”<sup>56</sup>.

A dupla posição do Superior Tribunal de Justiça, ainda que tenha gerado muitas dúvidas, destaca uma certeza: não há uma consolidação do direito ao esquecimento na jurisprudência nacional<sup>57</sup>. Ainda hoje, no fim da segunda década do século XXI, após anos de paz e democracia, há discussões assíduas sobre o tema.

### 1.3 O ADVENTO DA INTERNET E OS NOVAS DEMANDAS ENVOLVENDO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Em que pesem suas peculiaridades, os julgados até o momento apresentados possuem em comum o fato de não estarem inseridos no contexto da internet, mas apenas no campo da mídia televisiva. Trata-se, portanto, de dados que são produzidos e apresentados por terceiros para os telespectadores. Portanto, devem ser observadas as leis reservadas à imprensa, a ética jornalística e, sobretudo, a responsabilização da empresa, jornal ou rádio, no caso de o conteúdo apresentar incorreções e falsidades ou causarem danos a terceiros.

<sup>54</sup> CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Direito ao esquecimento**. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/75fc093c0ee742f6dddaa13fff98f104>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

<sup>55</sup> ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues – Op. Cit. Pág. 483-509.

<sup>56</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 156-157.

<sup>57</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 156.

Na internet, além dos conteúdos jornalísticos clássicos – que já são polêmicos –, tem-se a produção de dados e informações por indivíduos não identificados, anônimos, e não comprometidos com a ética jornalística. Ademais, além da dificuldade de identificar e responsabilizar quem criou as notícias ou quem as colocou no ar, é imprescindível a discussão sobre quem viabiliza sua propagação, assegura fácil acesso global e irrestrito a ela, e perpetua no tempo eventual informação danosa. Atualmente, os provedores de pesquisa, por exemplo, não somente diminuem o tempo de busca, mas efetivamente viabilizam que as informações sejam encontradas por meio de seu tratamento de dados, muito tempo após sua publicação.

Tal como a terceirização da comercialização do espaço publicitário, delega-se, também, o rastreamento do potencial consumidor. Via de regra, as *ad networks* são quem instalam as tecnologias de monitoramento da navegação do usuário (*third-party-tracking*), criando uma arquitetura que o acompanha junto a todas as aplicações integradas à rede e que, potencialmente, corresponde a uma parcela significativa de toda a sua navegação. Constrói-se, assim, um perfil mais rico sobre as preferências do indivíduo, tornando, em última análise, a publicidade comportamental mais precisa.<sup>58</sup>

Desta forma, a aplicação do direito ao esquecimento, dentro e fora da internet, assume caráter diferente.

Essa diferenciação entre o direito ao esquecimento dentro e fora da internet é importante ao presente trabalho, pois se de um lado pode-se falar em censura à liberdade jornalística, por exemplo, não se pode falar o mesmo da solicitação de retirada de uma URL, do motor de busca, nos casos de *revenge porn*<sup>59</sup>.

Não foi à toa que o Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil<sup>60</sup>, de 2013, dispôs sobre o direito ao esquecimento especificamente na sociedade da informação:

ENUNCIADO 531 – A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.

Artigo: 11 do Código Civil.

Justificativa: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela

<sup>58</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 29-30.

<sup>59</sup> NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; VALENTE, Mariana Giorgetti – **Análise comparada de estratégias de enfrentamento a “revenge porn” pelo mundo** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 333-347.

<sup>60</sup> CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL - **Enunciado trata do direito ao esquecimento na sociedade da informação** – 2013. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2013/abril/enunciado-trata-do-direito-ao-esquecimento-na-sociedade-da-informacao>. Visto em: 10 out 2019.



importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados

Tal classificação pode ser observada no trabalho de Ingo Wolfgang Sarlet e Arthur M. Ferreira Neto<sup>61</sup>, os quais repartem os casos de direito ao esquecimento em “fora dos domínios da internet” e “no ambiente da internet”. Permite-se, assim, o tratamento do tema considerando a mudança de paradigmas do conceito de “esquecimento” e, como supra exposto, da própria sociedade com o advento da internet, o que será aprofundado e contextualizado no próximo capítulo.

---

<sup>61</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 163.

## 2 ESQUECIMENTO E INTERNET

Na modernidade líquida, com o avanço da atual sociedade da informação, a superexposição da imagem e da vida privada nas redes, reascendem questionamentos sobre a memória *ad eternum* dos dados na rede. A revista *Science Express*<sup>62</sup> calcula que a quantidade de informação na internet, entre 1986 e 2007, já chegou à métrica do *exabytes* – o que corresponde a um bilhão de *gigabytes* –, não sendo possível, nesses menos de 40 anos de rede mundial de computadores, com a tecnologia presente até o momento, catalogar todos esses dados<sup>63</sup>.

Nem todos os dados jogados na rede, contudo, detém interesse público ou social, veracidade ou boa-fé. Muitas publicações na internet visam ao click: são os denominados “*click baits*”, que fogem do controle das pessoas ou dos agentes envolvidos, como observado por Rocha, Cunha e Oliveira<sup>64</sup> quando argumentam:

(...) Tantas vezes não pautadas em questões nobres, como a informação ou a formação das pessoas, nem objetivando um lucro lícito (como no *webmarketing* ou *on-line shopping*, por exemplo), muitas publicações via *internet* apenas têm a intenção de que o maior número de pessoas as acesse e compartilhe, talvez em virtude dos “valores” da sociedade atual, em que pesa “ser parte de um todo” ou a busca por um sentimento de pertença etc. Nesse afã por *views* e *likes*, acabam sendo publicados conteúdos distorcidos, descompromissados com a verdade dos fatos.

O direito ao esquecimento também serviria de instrumento para o exercício do direito de autodeterminação informativa enquanto esfera do direito à privacidade, o qual contempla o direito de o indivíduo exercer o controle espacial, contextual e temporal de seus próprios dados<sup>65</sup>. Antes, o modelo de controle de privacidade envolvia somente a autorização do indivíduo a ter suas informações transmitidas; hoje, o novo paradigma trazido pela sociedade da informação exige que os processadores de dados se adequem às novas demandas do

<sup>62</sup> HILBERT, Martin – **How much information is there in the world?** – *Science Daily*, Science News, 11 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedaily.com/releases/2011/02/110210141219.htm>>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>63</sup> ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues – **Esquecimento, internet e “preferência” da informação: possibilidades de aplicação da doutrina dos preferred rights da jurisprudência norte-americana ao caso brasileiro** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 485

<sup>64</sup> ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues. Op. cit. Pág. 483-509

<sup>65</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhard – **Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 Pág. 386.

recolhimento e processamento de dados de seus usuários. Importa, ainda, observar as palavras de Acioli e Ehrhard Júnior, no que dizem<sup>66</sup>:

Stefano Rodotà, jurista italiano, é um dos principais exportadores dessa concepção europeia de direito à autodeterminação informativa para o Brasil, concebendo, ele, a privacidade como uma forma do indivíduo de determinar as “[...] modalidades de construção da esfera privada em sua totalidade”, indo para além do âmbito de proteção do espaço individual, em direção à construção das condições de cidadania na era digital.

Como se vê, na sociedade líquida, o controle de dados – especialmente daqueles dados que podem trazer danos ao indivíduo ao longo do tempo – deve ser compreendido como parte de garantias individuais do cidadão. Assim sendo, além das empresas processadoras de dados, devem os legisladores, juízes e juristas se adequarem ao novo paradigma social.

## 2.1 SUBDIVISÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: CASOS PRECURSORES

Embora incerta a data em que o direito ao esquecimento surgiu, certo é que ele foi progressivamente alterando-se com o tempo. O mundo desenvolveu a tecnologia e transmissão da informação de tal forma que, atualmente, fala-se até mesmo em espécies do grande gênero de direito ao esquecimento. Tratar esse direito de maneira ampla e incondicionada seria atropelar as demandas judiciais sobre o tema, solucionando-as de maneira rasa e incompleta.

Voss e Castets-Renard<sup>67</sup>, realizaram ampla pesquisa para separar didaticamente os diferentes tipos de direito ao esquecimento. Como resultado final, concluíram que o direito ao esquecimento pode ser subdividido em: direito à reabilitação (*right to rehabilitation*); direito ao apagamento (*right to deletion/erasure*); direito à desindexação (*right to delisting/delinking/de-indexing*); direito à obscuridade (*right to obscurity*); direito ao esquecimento digital (*right to digital oblivion*). Passa-se, então, para breve análise de cada um deles.

Para fins de coerência e maior profundidade, o presente trabalho adotará a classificação das subespécies de direito ao esquecimento de W. Gregory Voss e Celine Castets-Renard, já

<sup>66</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhard, Op. cit. Pág. 387.

<sup>67</sup> VOSS, W. Gregory; CASTETS-RENARD, Céline – **Proporsal for an International Taxonomy on the various forms of the “Right to be Forgotten”: A study on the convergence of norms** – *Colorado Technology Law Journal*, Boulder, v. 14, n. 2, p. 298-299, 2016. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2800742](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2800742)>. Acesso em: 30 setembro 2019.

que tratá-lo como algo uno e indivisível seria ater-se a uma teoria que não se adequa mais à realidade.

As espécies de direito ao esquecimento reúnem características próprias, e, no campo da incidência, aplicabilidade específica. Inicia-se, então, pelo direito à reabilitação, em seguida o direito à obscuridade; passa-se, então, às espécies que se relacionam diretamente à proteção de dados, começando pelo direito ao apagamento, seguido pelo direito a desindexação e, finalmente, pelo direito ao esquecimento digital.

### 2.1.1 Direito à reabilitação

O “direito à reabilitação” é a consciência de que uma pena não deve ter caráter perpétuo. Ele garante que o passado criminal do indivíduo que já cumpriu sua pena perante a Justiça ou que foi inocentado do crime pelo qual foi acusado seja esquecido. O direito à reabilitação é a faceta mais bem recepcionada do esquecimento. Em suma, após a conclusão da pena ou com o transcorrer de certo período após seu cumprimento, os dados do ex-condenado serão removidos do banco de dados do estado.

Cita-se o caso *Mevin x Reid*, julgado pela Corte da Califórnia e o caso *Lebach*, julgado pela Corte alemã. Em ambos os casos se priorizou o direito ao esquecimento, em detrimento da liberdade de imprensa.

No início dos anos de 1930, a Corte da Califórnia tratou de julgado sobre a divulgação, em filme, do passado criminal de uma ex-prostituta de nome Gabrielle Darley; o caso ficou conhecido como *Melvin x Reid*<sup>68</sup>. Ocorre que, em 1929, uma produtora hollywoodiana conhecida como “*Wallace Reid Productions*” buscou os antigos documentários sobre a vida de Darley. Seu crime, matar o seu cafetão, havia sido amplamente coberto pela mídia no ano de 1910, mas Darley havia sido absolvida pelo júri em 1915. A produtora, quase 20 anos depois, decidiu reavivar o caso por meio do filme *Red Kimono*. Contudo, à época, Darley havia abandonado a prostituição, casando-se, e passou a viver uma vida comum como Sra. Melvin. O sucesso de bilheteria de *Red Kimono*, que usou o nome verdadeiro da ex-prostituta, reascendeu o interesse na vida difícil da, agora, Gabrielle Darley Melvin, e causou-lhe lembranças desagradáveis sobre um passado sofrido e vulgar para os padrões da época. A Corte da

---

<sup>68</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; CARMONA, Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli – **A aplicação do direito ao esquecimento aos agentes delitivos: uma análise acerca da ponderação entre o direito à imagem e as liberdades de expressão e de informação** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 Pág. 440

Califórnia aceitou o protesto de Melvin e decidiu em seu favor, como explica Acioli e Ehrhardt Junior<sup>69</sup>:

A Corte Californiana decidiu em favor da senhora Melvin, reconhecendo *seu direito à busca pela felicidade*, contemplando a possibilidade de uma pessoa mudar seu projeto de vida e estar protegida de ataques desnecessários à sua personalidade e reputação sobre aspectos de seu passado, reputando o dano estar consubstanciado, especialmente, no fato da produção de Reid utilizar o nome verdadeiro de Gabrielle no filme, sem pensar nas consequências adversas de sua escolha para a vida da pessoa retratada no longa.

A decisão não foi diretamente a aplicação do direito ao esquecimento, mas sim sua aplicação enquanto garantia do direito de “busca pela felicidade” da ofendida. A aplicação no caso *Mevin x Reid* revela que nem todos os fatos da vida, ainda que notoriamente divulgados, devem ecoar perpetuamente no tempo e no espaço.

Um dos primeiros casos em que se pode perceber traços do direito ao esquecimento é o *Melvin vs. Reid*. Nos Estados Unidos, em 1919, Gabrielle Darley, prostituta, é acusada e absolvida da prática de homicídio. Ela refaz sua vida, abandona a prostituição, casa-se com Melvin e tem filhos. Nessa nova fase as pessoas do seu círculo social desconhecem o seu passado, mas, em 1925, Doroty Davenport Reid produziu o filme *Red Kimono*, que retratava com precisão a vida pregressa de Gabrielle, inclusive identificando-a com seu nome verdadeiro. Em razão disso, Melvin buscou a reparação pela violação à vida privada de sua esposa e de sua família e, em 1931, o Tribunal de Apelação da Califórnia julgou procedente o pedido ao argumento de que uma pessoa que vive uma vida de retidão, independentemente de seu passado, tem o direito à felicidade, no qual se inclui estar livre de desnecessários ataques a seu caráter, posição social ou reputação.<sup>70</sup>

Já o caso *Lebach* aconteceu na Alemanha e representa um precedente histórico no direito ao esquecimento. Trata-se da história de um latrocínio que ocorreu na cidade de Labach, onde dois homens invadiram um depósito de armas e assassinaram quatro soldados no local, deixando gravemente ferido um quinto. Havia, ainda, um outro sujeito que ficara com a responsabilidade do preparo do crime.

Os dois primeiros homens foram condenados à prisão perpétua; já o último, acusado de preparar o crime, foi sentenciado a seis anos de reclusão. Ocorre que, quando o último membro estava próximo de sair de sua penitência, o canal de televisão ZDF produziu uma reconstrução do crime, por meio de um documentário, identificando nome a nome, todos os partícipes do

<sup>69</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 395

<sup>70</sup> CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; CARMONA, Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli – Op. Cit. Pág. 440

crime. O documentário seria exibido poucos dias antes de o participante completar seus seis anos de reclusão.

Após inúmeras tentativas do apenado, em instâncias ordinárias, para evitar a veiculação do documentário, o caso chegou a Corte Constitucional Alemã, que julgou a procedência do pedido e determinou o impedimento da transmissão do documentário. Cita-se, brevemente, as considerações de Acioli e Ehrhardt Júnior, quando dizem:

A Suprema Corte Alemã entendeu que o exercício da liberdade de expressão e de imprensa pelas instituições de radiodifusão está limitado a uma ponderação frente à proteção dos direitos da personalidade, devendo o julgador questionar o interesse concreto do público sobre essas informações e como, se possível, estas podem ser transmitidas sem que acarretem dano aos direitos da personalidade.<sup>71</sup>

Percebe-se, ante o exposto, que a Corte Suprema Alemã não aplicou o direito ao esquecimento apenas pelo esquecimento. Assim como a Corte da Califórnia, a aplicação do esquecimento visou ao livre desenvolvimento da personalidade. Questiona-se, sobretudo, em ambos os casos, a necessidade de se divulgar-se os dados pessoais – tal como fotos ou nome verdadeiro – das pessoas envolvidas. É o que se tratará a seguir.

### 2.1.2 Direito à obscuridade

O “direito à obscuridade” é uma proposta alternativa de juristas norte-americanos ao modelo de esquecimento aplicado pelos tribunais europeus, principalmente àqueles de matriz *civil law*.

Nos Estados Unidos a liberdade de expressão, garantida na Primeira Emenda, é culturalmente um dos pilares da democracia norte-americana. Garante-se – quando verdadeiras – a liberdade informativa em detrimento dos direitos de personalidade das pessoas afetadas por ela. Corre na gênese da democracia estadunidense o medo da censura estatal ou privada. Tal fato torna a decisão do case *Melvin x Reid*, por si só, especial.

A rejeição de um direito de “desindexação”, bem como uma desconfiança na aplicação irrestrita do direito ao esquecimento em geral, seja pela cultura ou pela Primeira Emenda, fez com que surgisse uma demanda por um direito à obscuridade: as informações não seriam apagadas ou desindexadas, mas incrementar-se-ia a dificuldade em encontrá-las:

---

<sup>71</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 396

Ante a rejeição de um direito à desindexação, e ciente desses obstáculos ao esquecimento digital encontrados na Primeira Emenda, Jullie Brill, ex-comissária da Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos, propôs o direito à obscuridade como uma alternativa viável de direito ao esquecimento para os EUA, pelo qual as informações não seriam apagadas ou desindexadas, mas, por uma combinação de fatores técnicos, esses dados seriam tornados relativamente difíceis de se encontrar na rede, ou seja, ficariam obscuros<sup>72</sup>.

Mesmo os autores americanos que se debruçam sobre o direito digital, evitam adentrar nas polêmicas do direito ao esquecimento. Pela complexidade do tema, na esfera digital, preferem assuntos que tratem de direitos autorais e da neutralidade da rede. Esquivam-se das demandas do direito ao esquecimento ou da autodeterminação informativa<sup>73</sup>. Por esse motivo, o direito à obscuridade acabou sendo encarado como uma alternativa menos radical que o apagamento dos dados.

### 2.1.3 Direito ao apagamento

O “direito ao apagamento” é anterior à modernidade líquida, logo, antecede a era digital, mas com ela ganhou contornos mais urgentes e relevantes quando surge a preocupação sobre os dados cadastrais dos usuários de programas do governo. Citando, mais uma vez, Acioli e Ehrhardt Junior<sup>74</sup>, pode-se observar:

A preocupação com o uso e o destino das informações sobre pessoas naturais existe desde a formação do Welfare State nas democracias liberais, o qual, em razão de suas políticas sociais, ampliou, maciçamente, a coleta e a abrangência dos cadastramentos dos usuários de serviços públicos.

Ainda que anteceda a rede mundial de computadores, o direito ao apagamento, com ela, ganhou nova relevância. Não se trata mais de cadastros em planos governamentais, mas em redes ditas “sociais” onde a vida acontece de forma digital. Buscar emprego, fazer compras ou ouvir músicas simplesmente mudou; na internet das coisas o *LinkedIn*, *Ifood* e o *Spotify* estão a um clique do usuário. Em vista disso, surge a Diretiva Europeia de Proteção de Dados n° 95/46/CE, exarada pelo Parlamento Europeu, visando a disciplinar a circulação de dados

<sup>72</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 398

<sup>73</sup> SCHWARTZ, Paul M – The EU-U.S. **Privacy Collision: A Turn to Institutions and Procedures** – *Harvard Law Review*, New Haven, v. 126, p. 1966, 2013. Disponível em: <<http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2906&context=facpubs>>. Acesso em: 28 set 2019.

<sup>74</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 396

personais nas nações vinculadas à União Europeia. Importante observar o item 2 do tratado, que atenta para suas motivações:

(2) Considerando que os sistemas de tratamento de dados estão ao serviço do Homem; que devem respeitar as liberdades e os direitos fundamentais das pessoas singulares independentemente da sua nacionalidade ou da sua residência, especialmente a vida privada, e contribuir para o progresso económico e social, o desenvolvimento do comércio e o bem-estar dos indivíduos<sup>75</sup>

Não obstante, o artigo 1º, reiterando o item 2, aduz:

### **Artigo 1º - Objecto da Directiva**

Os Estados-membros assegurarão, em conformidade com a presente directiva, a proteção das liberdades e dos direitos fundamentais das pessoas singulares, nomeadamente do direito à vida privada, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.<sup>76</sup>

Como se vê, a preocupação da União Europeia é o controle de dados em vista do respeito às liberdades e os direitos fundamentais. O presente trabalho dedicará tópico específico para análise da Directiva 95/46/CE, principalmente, por tratar-se de tema pelo qual deverá haver certa profundidade. Por ora, fiquemos com a exposição que interessa ao tópico, localizada no artigo 2º, alínea b, que estabelece as definições das orientações tratadas pela diretiva, que, no âmbito do direito ao apagamento, considera<sup>77</sup>:

### **Artigo 2º - Definições**

Para efeitos da presente directiva, entende-se por:

(...)

b) «Tratamento de dados pessoais» («tratamento»), qualquer operação ou conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais, com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, registro, organização, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, comunicação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, **apagamento** ou destruição; (grifou-se)

<sup>75</sup> PARLAMENTO EUROPEU O CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA – **Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da EU** - Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Portugal. 1995. N° L 281. Pág. 31.

<sup>76</sup> PARLAMENTO EUROPEU O CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. Opa. Cit. Pág. 38.

<sup>77</sup> PARLAMENTO EUROPEU O CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA. Opa. Cit. Pág. 38.



Como vê-se, antes mesmo do surgimento da IoT (*Internet of Things*), ainda em 1994, os europeus já se preocupavam com o ciclo *ad eternum* dos dados compartilhados por seus cidadãos. Esta diretiva, polêmica ainda nos dias de hoje, veda a circulação irrestrita e irresponsável de dados particulares. Cumpre ressaltar, preservando a leitura, que a Diretiva 95/46/EC foi substituída, em 2018, pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia – *General Data Protection Regulation* (GDPR) – que será tratado mais adiante.

Na esfera norte-americana, como revelado por Acioli e Ehrhardt Júnior<sup>78</sup>, há leis que preveem o apagamento de informações. Cita-se, de exemplo, o *Children's Online Privacy Act* (COPPA), atualizada e substituída pela *Children's Online Privacy Rule* (COPPA rule), que possibilita os pais e responsáveis a solicitarem o apagamento de dados de crianças inferiores a treze anos de idade ou protegê-los do registro de sites e aplicações na internet. Há, ainda, o *Erase Law*, que permite, menores de treze anos, de terem seus dados apagados, quando postados pela própria criança.

#### 2.1.4 Direito à desindexação

O direito à “desindexação” bastante polêmico, é um dos alvos desta produção acadêmica, pois inflama o debate sobre controle de dados.

A desindexação é marcar a URL – *Uniform Resource Locator* – para que ela não seja sugerida ou apresentada para o usuário quando ele realiza a busca em mecanismos de pesquisa (Google, por exemplo). Alguns autores<sup>79</sup> consideram a desindexação como um desdobramento do direito à obscuridade; contudo, tal premissa incorre em erro temporal e local, pois o direito à obscuridade é anterior à própria internet e é aplicado em outros campos da organização de dados. A desindexação se aplica na esfera da rede, buscando equilibrar a defesa da esfera privada, com a liberdade de informação. Não se pode olvidar as considerações feitas por Joana Machado e Sergio Negri, que explicam:

A obrigação de ocultação do resultado da busca não retira o conteúdo da página da web que gerou a informação. Trata-se, apenas, da desindexação da página. Para evitar que a ocultação implique a supressão dos legítimos interesses do internauta referentes ao acesso à informação, o tribunal pontua a necessidade de se procurar em concreto o justo equilíbrio entre os direitos fundamentais em causa. Ainda que, para o Tribunal, exista uma prevalência do direito à proteção de dados, ressaltou-se a importância de se analisar em

<sup>78</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 396

<sup>79</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 397

concreto a natureza da informação em questão e a sua repercussão para a vida privada da pessoa. Da mesma forma, o papel desempenhado pela pessoa na esfera pública pode auxiliar na composição desse difícil equilíbrio ao assinalar potencial interesse público na exibição dos resultados pesquisados.<sup>80</sup>

Nesta década, o direito à desindexação foi alvo de ampla polêmica com o debate sobre o caso *Gloogle Spain*, tal caso será debatido à frente, mas, por ora, merece breve resumo.

Em 2012, ainda sob à égide da Diretiva 46/95/CE, o Tribunal de Justiça da União Europeia teve de debruçar-se sobre o processo *C-131/12 Google Spain SL, Google Inc. x Agência Española de Protección de Datos e Mario C. González*<sup>81</sup>, em que o autor solicitava a remoção, dos resultados exibidos pelos motores de busca, de seus dados referentes à constrição judicial e venda em hasta pública de um bem por dívidas previdenciárias, então publicados, em sítio online oficial, do jornal *La Vanguardia*.

O autor, após ter ciência da ampla divulgação de seus dados, requisitou posicionamento da Agência de Proteção de Dados da Espanha (AEPD) que solicitou parecer do Tribunal espanhol, que, ao seu turno, encaminhou ao Tribunal de Justiça da União Europeia. Este último considerou procedente o pedido do autor, garantindo o direito à desindexação, bem como ressaltando os direitos fundamentais à vida privada e à proteção dos dados pessoais consagradas, reiterando, sobretudo, a importância de se observar a Diretiva 46/95/CE para a proteção de dados. Ainda, o Tribunal debateu o alcance da responsabilidade do motor de busca.

#### 2.1.5 Direito ao esquecimento digital

O “direito ao esquecimento digital” envolve tanto a esfera puramente jurídica, como a esfera de estrutura da rede. O professor de Governança e Regulação da Internet no Instituto de Internet de Oxford, Viktor Mayer-Schönberger, no livro *Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age*, propõe, na esfera estrutural da rede, que fossem fornecidas ferramentas para os usuários deletarem suas próprias informações após o transcorrer de certo tempo.

Para Mayer-Schönberger<sup>82</sup>, deveria haver uma alteração na estrutura dos softwares e aplicações, que possibilitaria ao usuário estabelecer um prazo para suas informações circularem nas redes. Contudo, quando esse prazo estivesse próximo de expirar, o usuário seria lembrado

<sup>80</sup> MACHADO, Joana; NEGRI, Sergio - **Ensaio sobre a promessa jurídica do esquecimento: uma análise a partir da perspectiva do poder simbólico de Bourdieu**. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 373

<sup>81</sup> Tribunal de Justiça da União Europeia. Caso C-132/12.

<sup>82</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. Op. cit. Pág. 394.

e poderia editar ou apagar os dados<sup>83</sup>. Ainda que, num primeiro olhar, tal arquitetura possa parecer difícil de ser estabelecida, cumpre lembrar que algumas empresas, tais como Facebook e Instagram, já estão trabalhando com o mecanismo de “Lembrança”, onde é lembrado ao usuário, fatos pretéritos do seu perfil de maneira anual. Contudo, tal ferramenta só alcança – de maneira direta – as informações que tiveram maior repercussão na plataforma. Além disso, o mecanismo de lembrança está adstrito a duas redes sociais; apesar de um avanço, pode ser muito pouco para a amplitude da rede.

Até mesmo os defensores da aplicação deste direito ao esquecimento digital fazem certas ressalvas<sup>84</sup>. Há receio acerca da viabilidade do método, mas também, em igual preocupação, no questionamento de quem seria o responsável pela exclusão dos dados. A responsabilização por exclusão de dados poderia desembocar, ao seu turno, em outras duas preocupações: a primeira é sobre o desnível de forças entre as empresas privadas e o interesse público; a segunda trata da possibilidade de autocensura dos usuários.

## 2.2 ESTUDO DE CASOS DO STJ ENVOLVENDO O DIREITO AO ESQUECIMENTO NA INTERNET

Apresentadas as espécies de direito ao esquecimento, passa-se, agora, para a análise de alguns casos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça, com o fim de identificar como o assunto vem sendo progressivamente enfrentado no contexto brasileiro. No primeiro capítulo, foram verificados casos relacionados ao direito ao esquecimento desvinculados da internet; agora, por outro lado, serão apresentados apenas casos dentro da internet.

Observe-se que boa parte dos casos se refere ao direito à desindexação, mencionado no tópico 2.1.4 deste capítulo. Haverá, portanto, enfoque neste tipo especial de direito ao esquecimento. Lembra-se, contudo, que é importante que o jurista se atente a todos os outros tipos mencionados no tópico anterior, na medida em podem auxiliar a encontrar novas soluções para os problemas envolvendo o direito ao esquecimento.

### 2.2.1 Caso Xuxa Pedófila (Resp. nº 1.316.921)<sup>85</sup>

<sup>83</sup> MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor – **Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age** – Nova Jérsei: Princeton University Press, 2009.

<sup>84</sup> WEBER, Rolf H – **The Right to be Forgotten: More than a Pandora’s Box?** – Journal of Intellectual Property, Information Technology and E-Commerce Law, Karlsruhe, v. 2, n. 2, p. 112, 2011. Disponível em: <<https://www.jipitec.eu/issues/jipitec-2-2-2011/3084>>. Acesso em: 08 de outubro de 2019

<sup>85</sup> **RESP nº 1.316.921/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012.

Um marco para a aplicação do direito ao esquecimento na internet revela-se na ação movida pela apresentadora Xuxa frente a empresa Google.

No ano de 1982, estreou o filme “Amor Estranho Amor”, no qual a personagem da apresentadora Xuxa, à época atriz, teve relações sexuais com um menino de 12 anos num bordel. Tratava-se de uma obra dramática contendo um abuso infantil, em que a personagem de Xuxa, Tamara, é uma prostituta de 15 anos, e o menino, Hugo, é uma criança que tem sua sexualidade iniciada precocemente pelo pai. Quase 30 anos após o lançamento do filme, as expressões “Xuxa pedófila” e derivadas ganharam força nas redes e viralizaram por dias, tornando-se uma polêmica que dominou os jornais do país.

Merece atenção o fato de que a apresentadora, através de liminar, já havia requisitado o recolhimento de todas as fitas sobre o filme. Além disso, o caso foi amplamente revivido no ano de 2014, quando Xuxa, porta voz da lei que tornava hediondo o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, foi atacada nas redes – e no parlamento – pelo seu filme.

O Resp. 1.316.921, julgado em 2012 e de relatoria da Ministra Nancy Andrighi, tratava da ação movida por Xuxa Meneghel, em outubro de 2010, contra a empresa Google Brasil, visando a restrição, no mecanismo de busca, de expressões que relacionassem seu nome à pedofilia<sup>86</sup>. Na primeira instância, o pleito da apresentadora foi provido e o Google teve de se abster de disponibilizar aos seus usuários resultados de busca que relacionassem o nome de Xuxa à pedofilia. Contudo, o STJ reverteu a decisão, e decidiu em prol do direito de informação. Importa demonstrar, aqui, as considerações de Erik Noleta Kirk Palma Lima<sup>87</sup>, que diz:

O pleito liminar foi deferido para que o Google se abstinhasse de disponibilizar aos seus usuários aqueles resultados. A última corte a se debruçar sobre o caso, até então, foi o Superior Tribunal de Justiça. Em julgado datado de 26 de junho de 2012, a 3ª Turma do STJ, por unanimidade, decidiu que o Google era apenas um facilitador de informação e, por isso, a ação deveria ser movida contra aqueles que veicularam os dados. Na decisão ainda ficou consignado que não se pode reprimir o direito da coletividade à informação.

Cumpra, por fim, expor as considerações da tese de mestrado de Igor Chagas de Carvalho<sup>88</sup> que resume a decisão do julgado e tece considerações relevantes ao presente trabalho.

---

<sup>86</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 165.

<sup>87</sup> LIMA, Erik Noleta Kirk Palma. Op. Cit. 277

<sup>88</sup> CARVALHO, Igor Chagas de – Op. Cit. Pág. 29.

A decisão reputou, ademais, ser impossível impor aos provedores de pesquisa a obrigação de restringir os resultados das buscas realizadas, ainda que o interessado se valha não de expressões genéricas ou amplas, mas venha a indicar prévia e especificamente o conteúdo que reputa ilícito, por meio da indicação do respectivo caminho virtual da página da internet (ou seja, do URL – Universal Resource Locator da página). Em prol de tal entendimento, considerou-se sobretudo a prevalência do direito à informação e a ausência de interesse de agir do interessado em face do buscador, uma vez que, de posse do URL seria possível à vítima identificar e “acionar diretamente o autor do ato ilícito, com o que, julgado procedente o pedido e retirada da Internet a página, o respectivo conteúdo será automaticamente excluído do resultado das buscas realizadas junto a qualquer provedor de pesquisa”.

Sarlet e Neto<sup>89</sup> sintetizam os argumentos, na seara do direito ao esquecimento, da decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. O primeiro foi o afastamento de aplicabilidade – mais especificamente do artigo 14 – do Código de Defesa do Consumidor, corroborando com o entendimento de que a ferramenta de busca que se limitaria a indicar links em face da pesquisa de termos e expressões por usuários. Argumentou-se que a existência ou não da ferramenta de busca não evitaria o trânsito de conteúdo ilícito na esfera digital. Sustentou-se que o conteúdo que circula nas redes tem caráter subjetivo e arbitrário, não podendo, com isso, deixar a discricionariedade do poder de exclusão de conteúdos sob responsabilidade dos provedores de busca. Ademais, uma vez que prejudicado pela divulgação de alguma informação na Internet, o usuário deve voltar-se contra os responsáveis pela inserção dos dados e não do motor de busca. Por fim, deram maior peso ao direito de informação, uma vez que haja um embate entre liberdade de expressão e interesses individuais.

Observe-se que não foi considerada a dificuldade de a atriz listar todos os links que lhe diziam respeito e de identificar os responsáveis por eles – possivelmente milhares –, e nem mesmo o fato de que o algoritmo do mecanismo de busca (desenvolvido pela Google) é o instrumento que viabiliza que fatos pretéritos ressurgam com bastante facilidade. Questões sobre tecnologia da informação foram aparentemente ignoradas neste caso, por ser ele um dos precursores sobre direito ao esquecimento e internet no Brasil.

## 2.2.2 O Caso dos Juízes Pedófilos (Reclamação nº 5.072/AC)<sup>90</sup>.

<sup>89</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 166.

<sup>90</sup> **RCL nº 5.072/AC**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Rel. para Acórdão Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, julgado em 11/12/2013, DJe 04/06/2014.

A edição nº 2089 da Revista IstoÉ trouxe uma chamada na sua capa acerca de um escândalo no judiciário envolvendo um grupo de juízes pedófilos. A RCL nº 5.072/AC foi ação intentada pelo Google Brasil Internet Ltda. na busca pela cassação ou reforma de decisão de instância inferior que conservava multa em face do descumprimento de decisão liminar determinando a retirada de resultados do motor de busca do Google – e de sites/páginas que retratavam a matéria - sobre a investigação envolvendo os “juízes pedófilos”. Além disso, de forma mais específica, a decisão exigia a suspensão dos mecanismos de busca do nome do autor da ação “Pedro Luís Longo” e seus derivados “Pedro Luiz Longo” ou “Pedro Longo”. O Google argumentava, dentre outras coisas, acerca da impossibilidade técnica de tal decisão, pois não teria controle ou gerência sobre páginas de terceiro que estivessem reproduzindo a notícia.

Como questão anterior à análise da manutenção, redução ou eliminação da multa imposta por descumprimento de decisão judicial, passou-se a discutir a responsabilidade dos provedores de pesquisa, oportunidade em que, após amplo debate, voltou-se a reafirmar o entendimento já enfim esposado no Caso Xuxa, desta feita a partir de voto-vista da Ministra Nancy Andrighi, que não só abriu divergência com relação ao voto do Ministro-relator Marco Buzzi, como também serviu de voto-condutor para a maioria ao final formada. Acompanhando a maioria formada em torno do voto da Ministra Nancy Andrighi, o Ministro João Otávio de Noronha entendeu ser exagerado “acionar quem indexa ou faz o índice de pesquisa, no caso, o Google, e não quem publicou a matéria”, acrescentando, ainda, ter sido a publicação da Revista Istoé a responsável por manchar a imagem do magistrado – e não o site de pesquisas, que não inventa, que não tem “nada a ver com o conteúdo da matéria”<sup>91</sup> (que permanece no site de origem) e que busca aquilo que a rede disponibiliza<sup>92</sup>.

Importante destacar o voto-vista da Min. Isabel Gallotti que representa uma mudança de paradigma importante a este trabalho. O STJ, com base em entendimentos anteriores, já havia estabelecido como regra que cabe ao interessado/ofendido adotar meios de supressão de páginas que sustentem conteúdos ilícitos, para isso bastaria identificar a URL da página, eximindo, assim, os motores de busca. Contudo, os motores de busca podem ser responsabilizados se continuarem expondo como resultados das buscas links que já tenham sido removidos pelo site que produziu o conteúdo. Nesse caso, os provedores deverão ser notificados

---

<sup>91</sup> **RCL nº 5.072/AC**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Rel. para Acórdão Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, julgado em 11/12/2013, DJe 04/06/2014.

<sup>92</sup> CARVALHO, Igor Chagas de – Op. Cit. Pág. 30.

com antecedência sobre a necessidade de exclusão. Importam as considerações de Igor Chagas de Carvalho<sup>93</sup> que, ao versar sobre o tema, explica:

A Ministra Isabel Gallotti aponta que isso pode de fato ocorrer, pois “sabe-se que o Google, para agilizar suas pesquisas, mantém, em seus servidores, “espelhos” dos sites, ou como prefere, “instantâneos de cada página como backup”, o que se chama de armazenamento “em cache”. Como tais espelhos dos sites indexados são automática e periodicamente capturados (não se sabendo ao certo a frequência de tal operação), pode ocorrer de o site original já ter sido excluído e ainda assim ser possível, mesmo que temporariamente, localizá-lo a partir de buscas no Google, perdurando tal situação até que a supressão nos resultados de busca de fato ocorra após nova varredura atualizadora do sistema de indexação. Segundo a Ministra Isabel Gallotti, tal circunstância “pode prorrogar, como dito acima, não se sabe por quanto tempo, eventual dano já coibido com a retirada do ar da página original”.

Conforme entendimento do STJ, há possibilidade de o provedor de buscas ser responsabilizado e obrigado a retirar dados ilícitos/ofensivos, mas dependerá da obrigação de “indicação do respectivo URL da página original, da comprovação de que tal página original já foi removida da internet e de decisão judicial expressa e determinada no sentido de que tal remoção ocorra”<sup>94</sup>.

Sarlet e Neto<sup>95</sup> compilaram os principais argumentos do voto da Ministra Relatora para o acórdão, vale a citação, portanto, ao presente trabalho, *in verbis*:

De acordo com a decisão do STJ, representada aqui pelo voto da Ministra Relatora para o Acórdão:

- (i) Uma vez preenchidos os requisitos necessários para a exclusão de uma determinada página da Internet – no caso, a identificação da respectiva URL – pelo fato de veicular conteúdo de caráter conteúdo de caráter ilícito ou ofensivo, a vítima deverá acionar o efetivo autor do ato ilícito, carecendo do interesse de agir em relação ao provedor de pesquisa, visto que este opera apenas como facilitador do acesso ao que já se encontra disponível publicamente na Internet.
- (ii) Todavia, agrega o STJ, que no caso de cópia do texto ou da imagem ofensiva e/ou ilícita ter sido registrada na memória cache do provedor de pesquisa virtual, o mesmo está obrigado a providenciar a sua exclusão em caráter preventivo dos mecanismos de busca, uma vez cientificado do fato e desde que seja fornecido o URL da página original, além de comprovado que esta já foi removida da Internet.

<sup>93</sup> CARVALHO, Igor Chagas de – Op. Cit. Pág. 31.

<sup>94</sup> CARVALHO, Igor Chagas de – Op. Cit. Pág. 31.

<sup>95</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 168-169.

(iii) Além disso, tratando-se de providência específica, a ser levada a efeito por pessoa distinta daquele que posta o conteúdo ofensivo, bem como estando em causa arquivo que não se confunde com o texto ou imagem original, imperiosa a existência de um pedido individualizado da parte e, ademais disso, uma ordem judicial determinando a remoção da cópia em cache.

(iv) Por fim, digno de nota que dentre os argumentos colacionados, foi ponderado, quando da afirmação da prevalência, também neste caso, da liberdade de expressão e informação, que, além do fato de que determinadas palavras e expressões podem ser utilizadas em sentidos e/ou contextos distintos, ao determinar-se mecanismos de busca, também se estaria a inviabilizar o amplo acesso a direito de resposta concedido ao ofendido ou mesmo a ampla circulação de eventuais matérias esclarecendo o equívoco no qual incorrera a revista IstoÉ.

Aqui, após parecer da relatoria, o Google obteve mais uma vitória, pois o STJ decidiu em seu favor. Foram usados, também, os argumentos do Caso Xuxa e, como observado por Sarlet e Neto<sup>96</sup>, prevaleceu a liberdade de expressão e de acesso à informação.

### 2.2.3 O Caso Gazeta Online (Reclamação nº 18.685/ES)<sup>97</sup>

Um juiz de direito, após responder processo administrativo disciplinar e ser absolvido, requereu a retirada de matéria do jornal Gazeta Online tendo o Google sido condenado a retirar a URL da notícia de seus resultados de busca. Em decisão monocrática, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva decidiu pela procedência da RLC nº 18.685/ES, afastando a determinação imposta ao Google de retirada das URL e resultados do motor de busca que envolvessem a referida reportagem.

Neste caso, o mesmo entendimento da RLC nº 5.072/AC foi utilizado, e como exposto por Igor Chagas de Carvalho<sup>98</sup>, “mais uma vez a questão foi discutida, no STJ, sob o viés da ausência de responsabilidade dos provedores de pesquisa - e não no tocante ao papel da pessoa na vida pública, à natureza dos dados envolvidos ou a outros critérios.”

### 2.2.4 O Caso da Discrepância do Resultado de Busca (RESP nº 1.582.981/RJ)<sup>99</sup>

<sup>96</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 168.

<sup>97</sup> **RCL nº 18.685/ES**, Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva, decisão monocrática de 05/08/2014, DJe 22/08/2014.

<sup>98</sup> CARVALHO, Igor Chagas de – Op. Cit. Pág. 32.

<sup>99</sup> **RESP Nº 1.582.981/RJ**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016.



O Recurso Especial nº 1.582.981/RJ, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Bellizze, tratou de caso envolvendo o Google Brasil e o recorrente Marcio Alvim de Almeida, em decorrência da discrepância do resultado de busca, bem como da alteração de conteúdo danoso e a obrigatoriedade de atualização de resultados de busca. O recorrente alegava que o Google, embora tivesse excluído a matéria indevida, continuava a vinculá-la ao seu nome nos motores de busca.

Ainda que tenha sido condenado à revisão das informações e ao pagamento de multa diária pelo descumprimento da decisão, o STJ entendeu que o artigo 20<sup>100</sup> do Código de Defesa de Consumidor seria aplicado ao caso, pois a falta de congruência de resultados, resultariam em falha da prestação de serviços. Merecem destaque as considerações, acerca do caso, de Sarlet e Neto<sup>101</sup>, quando ponderam:

(...) a falta de congruência entre o resultado atual e os termos pesquisados configuram falha na prestação do serviço de busca, mesmo que tal incongruência advenha da posterior alteração do conteúdo original publicado pela página, frustrando-se assim as legítimas expectativas dos consumidores.

A primeira excepcionalidade do caso é o reconhecimento de responsabilidade do provedor de busca, mas também a aplicação do Código de Defesa de Consumidor para fundamentar a decisão. Além disso, outra inovação, ainda mais relevante, é a de os provedores serem obrigados a excluir de bancos de dados as informações que resultem em incorreções ou danos.

Por fim, a multa foi majorada, de ofício, com efeitos *ex nunc*, visando a garantir a força coercitiva real da penalidade<sup>102</sup>, dado o reiterado descumprimento da decisão até o momento; ou seja, para a penalidade ser efetiva, a majoração da multa se impunha, em função do alto poder econômico do Google que não é abalado por valores baixos.

### 2.3 PRIMEIROS ENTENDIMENTOS “CONSOLIDADOS” DO STJ

Como exposto nos casos dentro da internet, o entendimento do STJ vem sendo construído lentamente. Cada caso decidido tem agregado novas informações ao debate, e

---

<sup>100</sup> BRASIL. Código de Defesa do Consumidor - **Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990** - Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha.

<sup>101</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 169.

<sup>102</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 170.

considera-se cada vez mais as proporções que a tecnologia tem atingido na atualidade. Ainda que lentamente, observa-se essa mudança no entendimento dos ministros do STJ, quando se analisa individual e cronologicamente as suas decisões. Tal mudança de paradigma culminou, até o momento, com o acórdão do Recurso Especial nº 1.660.168/RJ, um caso emblemático, que representa, de certo modo, uma virada no entendimento do Superior Tribunal de Justiça no tocante à aplicabilidade de um direito ao esquecimento na esfera da rede. Representa, sobretudo, uma mudança de entendimento que poderá nortear um novo modo de pensar o direito ao esquecimento e a própria internet.

Contudo, antes de entrar-se especificamente no caso, é pertinente um breve resumo da aplicação do direito ao esquecimento na internet pelo STJ até então, e, em seguida, uma análise dos argumentos opostos utilizados no RESP nº 1.660.168/RJ.

Inicialmente, o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça entendia, pela jurisprudência construída ao longo dos anos, que do embate entre a liberdade informacional e os direitos de personalidade, prevalece a garantia de informação da coletividade. Tal entendimento, observa-se, é herança dos primeiros casos – pode ser observado no Caso Aída Curi<sup>103</sup> e no caso da apresentadora Xuxa<sup>104</sup> – discutidos acerca da possibilidade ou não da aplicação do esquecimento. Não obstante, esse marco inicial da discussão, é observado como um paradigma sólido nos casos fora e dentro da internet.

Um segundo argumento consolidado é que os provedores de busca não respondem diretamente pelo resultado das buscas realizadas por seus usuários. Tal ponderação encontrava motivação no discurso de que os motores de busca eram apenas instrumentos para se trazer um resultado, mas não o resultado em si. Desta forma, a responsabilidade pela informação não poderia ser atribuída à ferramenta de busca, mas a quem inserisse a notícia na rede ou no site onde a informação foi disponibilizada. Deveria, ainda, ser observado o resultado da notícia no caso concreto, seus efeitos e os resultados ocasionados pela informação.

Outro argumento muito corrente é a não obrigação dos provedores de exercerem controle sobre o conteúdo do motor de busca ou das pesquisas feitas pelos usuários. Deste modo, não poderia haver filtro prévio sobre termos ou nomes. No entendimento do STJ, seria

---

<sup>103</sup> **RESP nº 1.335.153/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

<sup>104</sup> **RESP nº 1.316.921/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012.

concentrar muito poder nas mãos dos provedores de buscas se fosse a eles atribuído o poder de filtragem prévia daquilo que poderia ou não ser pesquisado nas ferramentas de busca.

Ainda, o STJ já considerou que o descumprimento de uma ordem judicial era *conditio sine qua non* para a responsabilização do provedor de buscas. Não se poderia, portanto, alegar um mero pedido ao provedor como motivação e configuração de sua responsabilidade, isso serviria para os casos de aplicação de multa e, também, nos casos de responsabilização civil por eventuais danos ocasionadas pela divulgação.

Por fim, cita-se que a corte já entendeu que a previsão legal expressa seria necessária para a desindexação e responsabilização do provedor de busca. Contudo, sua ausência não poderia ser suprida na esfera judicial.

Em síntese, os provedores de busca não respondem de maneira direta pelo conteúdo exibido em suas plataformas, uma vez que não poderiam fazer controle prévio de conteúdo, bem como não seriam obrigados a desvincular pesquisas por determinado termo de determinado resultado. Do embate entre direitos da personalidade e liberdade de informação, tem prevalecido a segunda. Havendo dano ou ofensa, a responsabilidade recai sobre o site que disponibilizou a informação e não sobre o provedor de busca. Somente com o descumprimento de ordem judicial o provedor é responsabilizado. Finalmente, em geral, não há obrigação de desindexação sem lei anterior que assim preveja.

Essa é uma síntese dos entendimentos construídos ao longo de anos pelo STJ, os quais são em geral aplicados ainda hoje, na esfera ordinária e na esfera recursal, em que pese estejam sendo questionados, na medida em que o mundo digital avança e novas necessidades demandam maior desenvoltura dos operadores do direito e legisladores.

### 3 O DESENVOLVIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A JURISPRUDÊNCIA

#### 3.1 MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI Nº 12.965/2014)

Inicialmente, importa destacar que o Marco Civil da Internet (MCI) prestigia a garantia de liberdade de expressão, bem como a privacidade para o pleno exercício do direito de acesso à internet. Além disso, inaugura uma normativa que ampara direitos e garantias do cidadão na esfera *online*. Nas palavras de Bruno Ricardo Bioni<sup>105</sup>:

(...) O MCI foi, aliás, uma reação da sociedade civil contra um movimento legislativo que pretendia regulamentar a Internet no Brasil por meio de leis penais.

No diploma jurídico foram amparados, principalmente, a privacidade e o tratamento de dados pessoais. O MCI colocou-se, principalmente, sob o prisma da neutralidade da rede. A lei sofreu, inclusive, influência do escândalo de espionagem envolvendo a NSA e Edward Snowden:

Apesar a título de ilustração, o artigo 7º detinha, apenas, cinco incisos, passando a ter, no cenário “pós-Snowden”, oito incisos, sendo que todos eles foram direcionados para a proteção dos dados pessoais. Com o acréscimo de tais dispositivos, houve uma alteração de ordem qualitativa no arranjo normativo do MCI, tendo sido o usuário eleito como o grande protagonista para desempenhar a proteção de seus dados pessoais<sup>106</sup>.

Analisando-se os novos dispositivos inseridos, tratam de propiciar o controle pelo usuário sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento dos seus dados pessoais em face de transferência a terceiros. Desta forma, as empresas que lidam com dados pessoais de usuários devem estabelecer diretrizes transparentes e acessíveis por meio de políticas de uso e cláusulas de contrato. Contudo, referida lei não excluiu a liberdade de expressão, ainda que contemple o direito de privacidade, como vê-se:

Art. 8º – A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 130.

<sup>106</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 131.

<sup>107</sup> BRASIL, **Lei nº 12.965/2014**, Capítulo II – Dos Direitos e Garantias do Usuário, Art. 8º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acesso em: 10 de nov de 2019.

Ainda, mantendo o entendimento consolidado do STJ, prevê a não responsabilização civil por danos que decorram de conteúdo gerado por terceiros. Tal previsão está exposta no artigo 18 da referida lei. Contudo, pode-se responder sim pelo não cumprimento decisão judicial que determine a retirada de uma informação da rede ou pela não tomada das medidas necessária para evitar/mitigar os danos ocasionados por sua veiculação.

Um dos principais argumentos contrários à aplicação do direito ao esquecimento é o fato de não haver previsão legal expressa para tanto. O STJ, como dito anteriormente (ver o tópico 1.1.10 do presente trabalho), sustentava não haver a possibilidade de aplicação do direito ao esquecimento por ausência de legislação específica, bem como a impossibilidade de superar essa lacuna por meio de decisão judicial.

Contudo, após a aprovação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) tal ponderação passou a ser questionada, sobretudo, naquilo que concerne ao artigo 7º, X, da referida lei. Diz o dispositivo do diploma jurídico citado:

Art. 7º – O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

[...]

X – Exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei.

Outro artigo que vale menção é o artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 que, indo contra o entendimento até então esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, deixa margem para a possibilidade de desindexação de uma informação exposta na rede. Não se trataria, portanto, do apagamento advindo da relação de consumo, prevista no artigo anterior, nem da violação da intimidade sexual, exposto no artigo subsequente. Segue o texto do artigo 19 do MCI:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

Ainda que esteja coadunado com o entendimento do STJ de que é indispensável, para configurar a responsabilidade por danos dos provedores de busca, a decisão judicial específica, contraria o entendimento da corte ao prever a possibilidade de o provedor de aplicações “tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente”. Contudo, merece destaque as considerações de Acioli e Ehrhardt Junior<sup>108</sup>:

O grande problema do Marco Civil, no que diz respeito ao direito à desindexação, é não trazer, expressamente, nenhum dado ou norte possível para a aplicação desse direito pelos tribunais. As hipóteses principais de responsabilidade civil dos provedores de aplicações levantadas no texto legal apenas dizem que a responsabilidade pela retirada de conteúdo surge a partir e ordem judicial. Quanto aos parâmetros de julgamento a ser adotados pelos juízes no que diz respeito ao direito à desindexação, o Marco Civil foi silente.

Não menos importantes são as considerações realizadas pelo artigo 21, caput, do Marco Civil da Internet, as quais rompem com outra antiga lacuna legal e desafiam o entendimento de que os provedores dos motores de busca estariam diretamente isentos de responsabilidade civil por aquilo que transita em sua plataforma. Cita-se, referido artigo legal, *in verbis*:

Art. 21 – O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo.

Ainda que o apagamento e a responsabilização não sejam irrestritos, devendo para tanto cumprir-se as circunstâncias estabelecidas na lei, não é possível desconsiderar o avanço e o contraponto ao entendimento consolidado em sede da Corte Superior de Justiça. Destaca-se, ainda, que o artigo 21, supra indicado, é a única forma, reconhecida pelo Marco Civil da Internet, de retirada de informações extrajudicialmente. Destarte, buscando consolidar parâmetros de controle pelos usuários de seus dados, há essa possibilidade de exclusão definitiva de informações, seja judicial ou extrajudicialmente. Destaca-se, nesse sentido, as considerações de Bioni<sup>109</sup>:

<sup>108</sup> ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt – **Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil** – Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 392.

<sup>109</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 132

Pela combinatória de tais dispositivos, verifica-se ser a autodeterminação informacional o parâmetro normativo eleito pelo MCI para a proteção de dados pessoais. Todas as normas desembocam na figura do cidadão-usuário para que ele, uma vez cientificado a respeito do fluxo de seus dados pessoais, possa controlá-lo por meio do consentimento. Essa perspectiva de controle perpassa desde a fase de coleta e compartilhamento dos dados com terceiros até o direito de deletá-lo junto ao prestador de serviços e produtos de Internet ao término da relação.

Ademais, para alguns autores, à época, o Marco Civil da Internet não foi longe o suficiente na tratativa e proteção de dados. Cumpre o destaque de Cardoso e Pimentel<sup>110</sup>, que atestam:

Diferentemente da proposta de lei europeia, a LMCI brasileira não condicionou o exercício do direito ao esquecimento à comprovação de qualquer requisito que não fosse a vontade do titular do direito. Apresenta-se, portanto, como um direito subjetivo de natureza potestativa, na medida em que o seu exercício não depende da vontade do sujeito passivo. A relação jurídica mantida entre o usuário e o provedor de aplicações de Internet pode ser rescindida imotivadamente a qualquer tempo pelo usuário.

Pelo exposto, entende-se que, ainda que a LMCI represente um avanço ao tema, o direito ao esquecimento não pode ser observado de maneira irrestrita, pois os provedores não poderiam, apenas por leitura do dispositivo legal, excluir de pronto as informações solicitadas. Deve seguir a construção jurisprudencial do STJ e os requisitos traçados pela corte. Por fim, merece observância o disposto no artigo 23 da lei, que cabe ao juiz adotar as providências necessárias visando a garantia do sigilo das informações recebidas e à preservação de garantias da personalidade e intimidade.

### 3.2 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

A Lei nº 13.709/18, denominada Lei Geral de Proteção de Dados, é a primeira lei brasileira a tratar especificamente do tema. Surge após quase uma década de intensos debates<sup>111</sup>. Visa a atender as demandas surgidas após a instituição do Marco Civil da Internet, bem como o Novo Regulamento Europeu de Proteção de Dados. Sobre esse ponto, importam as considerações de Sarlet e Neto sobre o tema:

<sup>110</sup> PIMENTEL, Alexandre Freire; CARDOSO, Mateus Queiroz - **A Regulamentação do Direito ao Esquecimento na Lei do Marco Civil da Internet e a Problemática da Responsabilidade Civil dos Provedores** - Revista da AJURIS – v. 42 – n. 137 – março. 2015. Pág. 56.

<sup>111</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 132-133.

(...) calha sublinhar que a lei brasileira em muito se inspirou no Regulamento Europeu, incorporando inclusive uma expressa referência à autodeterminação informacional.

Logo, se por um lado o Marco Civil da Internet não se deixava influenciar diretamente pela Lei de Proteção de Dados Europeia, no caso da Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira, há forte inspiração do diploma europeu. Observa-se tal influência nas fundamentações de ambos os diplomas, conforme o artigo 2º e incisos da Lei nº 13.709/2018, *in verbis*:

Art. 2º - A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I - O respeito à privacidade;
- II - A autodeterminação informativa;
- III - A liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII - Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

De modo convergente dispõe o artigo 1º acerca dos objetivos da Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Europeu (RGPD-UE)<sup>112</sup>:

Artigo 1º - Objeto e objetivos

1. O presente regulamento estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
2. O presente regulamento defende os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas singulares, nomeadamente o seu direito à proteção dos dados pessoais.
3. A livre circulação de dados pessoais no interior da União não é restringida nem proibida por motivos relacionados com a proteção das pessoas singulares no que respeita ao tratamento de dados pessoais.

A comparação das duas legislações indica que elas possuem a mesma base fundamental. A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira traça, além disso, em seu artigo 6º, os princípios que norteiam o tema, sendo eles: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência e segurança.

Necessário, também, analisar o conceito de “consentimento” no diploma legal. Bruno Ricardo Bioni<sup>113</sup> explica que, no projeto da lei, o consentimento era a base legal para o tratamento de dados; após a tramitação no Congresso Nacional, o consentimento deixou de ser

<sup>112</sup> PARLAMENTO EUROPEU O CONSELHO DA UNIÃO EUROPÉIA – **Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da EU** – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - Jornal Oficial da União Europeia. Portugal. 2016. Nº L119/1. Pág. 1-88.

<sup>113</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 133.



o portfólio do diploma e passou a ser mais uma hipótese legal, perdendo, assim, sua superioridade hierárquica entre os dispositivos. O autor atenta que, ainda que realocado, o consentimento não perdeu protagonismo, citando, por exemplo, o artigo 5º, XII da LGPD que define consentimento como “manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.”<sup>114</sup>

Ainda sobre o artigo 5º, o dispositivo busca definir o que seriam “dados sensíveis” de “dados pessoais”. Dados pessoais, no termo do inciso I do artigo 5º, é toda “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável”. Não há exemplificação do que seriam “dados pessoais”, bastando existir uma possível identificação do indivíduo. Dados pessoais sensíveis, por sua vez, nos termos do inciso II, estão subdivididos qualitativamente nos reflexos de dados pessoais na manifestação da personalidade do indivíduo. São dados tratados com mais rigor, pois representam uma projeção da personalidade individual e detendo, sobretudo, uma individualidade inalienável. Os dados sensíveis podem ser observados no rol elencado pelo próprio dispositivo:

Art. 5º [...]

II - Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

A lei estabelece, ademais, critérios para utilização de dados sensíveis, como disposto no artigo 11 e incisos. Cita-se:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - Quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - Sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

b) Tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

---

<sup>114</sup> BRASIL, **Lei nº 13.709/2018** – Capítulo I – Disposições Preliminares, Artigo. 5º, XII. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Visto em: 15.11.19.

- c) Realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- e) Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f) Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência
- g) Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Os conceitos de “dados pessoais” e de “dados sensíveis” podem vir a se tornar altamente importantes nos casos de direito ao esquecimento, servindo de novos cânones de interpretação de casos concretos. Por exemplo, dados sensíveis, objetivamente definidos pela lei em apreço, conforme visto, parecem estar amplamente abarcados pelo direito ao esquecimento.

O artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados conceitua também os atores do controle de dados, sendo eles: o “controlador”, o “operador” e o “agente de tratamento de dados”. O controlador é a “pessoa natural ou jurídica, de direito público e privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais”. O operador/processador, nos termos do inciso VII, é a “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador”. Os agentes de tratamento, por fim, são o operador e o controlador.

As definições são importantes, pois a lei, mais de uma vez, trata-os especificamente no diploma legal. Cita-se, de exemplo, o artigo 15 e incisos que tratam do acesso facilitado, sobre o tratamento de dados, onde se exige, nos termos legais, a identificação do controlador e suas informações. Merece destaque, também, o previsto no artigo 37 que aduz que o controlador e o operador devem manter registro das operações de dados pessoais que realizarem, especialmente em casos baseados no legítimo interesse. O processador/operador detém a capacidade de armazenamento de informações pessoais, mas receberiam orientações dos controladores de como proceder com o tratamento das informações; portanto, sua responsabilidade legal seria menor. O conceito de controlador, ao seu turno, abrangeria as entidades de armazenamento de

informações de pessoas, julgando, sobretudo, como utilizá-las e exercendo/manifestando interesses sobre os dados alheios.

Tais conceitos parecem permitir que se exija com mais afinco a prestação de informações e a transparência em relação àqueles que publicam notícias sensíveis na internet, e talvez até mesmo em relação ao funcionamento e responsabilização dos mecanismos de busca. Ou seja, a lei, ao cuidar de distinguir e categorizar os agentes na internet, traz mais um elemento para averiguar a responsabilidade de cada um deles no tratamento das informações potencialmente danosas aos usuários.

O conceito de “tratamento”, elencado no artigo 5º, X, da referida lei, é a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação, transferência, difusão de dados.

Observe-se, mais diretamente, a previsão de desindexação e consentimento prevista na LGPD. Sarlet e Neto<sup>115</sup> afirmam que os seguintes artigos da lei, em conjunto com a Constituição, podem servir de base a um direito subjetivo à desindexação:

Art. 18 – O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

(...)

III - Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

§ 6º O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 60 – A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º (...)

---

<sup>115</sup> SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira – Op. cit. Pág. 154-155.

X - Exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei e na que dispõe sobre a proteção de dados pessoais;

Art. 16 (...)

II - De dados pessoais que sejam excessivos em relação à finalidade para a qual foi dado consentimento pelo seu titular, exceto nas hipóteses previstas na Lei que dispõe sobre a proteção de dados pessoais.

O consentimento aparece mais de 30 vezes no diploma protetivo de dados, portanto, não foge aos olhos a singularidade que o protagonismo da vontade do usuário ganhou. Bioni<sup>116</sup> elenca três argumentos que sustentam a força do consentimento na LGPD, sendo eles:

- (i) A adjetivação de maneira extensiva do conceito de consentimento nos moldes da comunidade europeia, devendo, o consentimento, ser livre, informado, determinado, inequívoco e, em casos especiais, específico (artigo 5º, XII – LGDP).
- (ii) A centralidade principiológica no indivíduo. Sejam os princípios modernos – adequação e necessidade –, sejam os princípios clássicos – transparência, especificidade, acesso e qualidade – o indivíduo é o epicentro do diploma. “Isso deve ser perquirido de acordo com a finalidade especificada para o tratamento dos dados, assegurando-se que os dados sejam pertinentes, proporcionais e não excessivos (minimização de danos).”<sup>117</sup>
- (iii) há um rol de dispositivos que concretizam, orientam e reforçam o consentimento como instrumento de controle de dados. O autor cita, de exemplo, o consentimento advindo de cláusulas contratuais destacadas; o fato de autorizações genéricas – distinta dos fins previstos – serem nulas; e as hipóteses de o titular opor-se ao tratamento de seus dados por ausência de consentimento.

A lei ora tratada define, por fim, que pode haver um “legítimo interesse” do controlador no tratamento de determinados dados, mas ele somente pode ser fundamentado a partir de finalidades legítimas, limitando-se estritamente a atendê-las<sup>118</sup>. Desse modo, indica-se que é o controlador quem deve demonstrar ter uma finalidade legítima – especialmente no tratamento dados sensíveis – viabilizando, eventualmente, o direito ao esquecimento quando não o fizer.

Como observado, a LGPD supre um vazio legal, possuindo elementos aptos a desenvolver o direito ao esquecimento na era da internet, na medida em que ele está

<sup>116</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 134-136.

<sup>117</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 134.

<sup>118</sup> BRASIL, **Lei nº 13.709/2018** – Capítulo I – Disposições Preliminares, Artigo. 10. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Visto em: 15.11.19.

intrinsecamente relacionado a dados pessoais cuja divulgação e propagação é danosa aos seus titulares. Se por um lado o Marco Civil da Internet, na visão de alguns, não deu subsídios suficientes ao direito ao esquecimento; por outro, a Lei Geral de Proteção de Dados não só aprofundou o tema como estabeleceu novos paradigmas para a liberdade informacional da rede.

### 3.3 INDÍCIOS DE ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO STJ: O RESP 1.660.168/RJ

O recurso especial nº 1.660.168/RJ<sup>119</sup>, julgado no segundo semestre de 2018, tratou de situação em que uma procuradora, Denise Pieri Nunes, havia sido considerada suspeita de atuar em fraude a determinado concurso de magistratura, embora nenhuma ação penal tenha sido ajuizada contra ela. Dois anos após os fatos, os resultados mais relevantes nos mecanismos de busca (Google, Yahoo e Bing), digitando somente seu nome, continuavam sendo apenas notícias sobre a referida acusação de fraude, pela qual ela não foi condenada.

A procuradora alegou que as informações exibidas geravam danos a sua dignidade e privacidade, requerendo a remoção do vínculo de busca de seu nome com as mencionadas reportagens. Em primeiro grau, o pedido foi improcedente. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, contudo, reverteu a decisão, julgando procedente a demanda. Google Brasil, Yahoo! Do Brasil e Microsoft interpuseram o REsp nº 1.660.168/RJ, que será analisado a seguir.

A Ministra Relatora Nancy Andrighi, inicia ressaltando o tema do direito ao esquecimento na esfera da internet. Cita, de exemplo, o caso La Vanguardia, já mencionado neste trabalho. A ministra manteve o entendimento de sua relatoria em casos anteriores<sup>120</sup>, no sentido de que inexistiria legislação específica sobre proteção de dados pessoais. A LGPD brasileira ainda não havia sido aprovada.

Invocando o Marco Civil da Internet, a ministra aponta o artigo 7º, I e X do qual se depreende que “o direito à exclusão mencionado (...) alcança somente as informações que o próprio indivíduo houver fornecido para um determinado provedor de aplicações na Internet.”

---

<sup>119</sup> **RESP nº 1.660.168/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. P/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018.

<sup>120</sup> **RCL nº 5.072/AC**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Rel. para Acórdão Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, julgado em 11/12/2013, DJe 04/06/2014.

Logo, como no Caso Xuxa<sup>121</sup>, dever-se-ia indicar as páginas consideradas violadoras de direito, pois o motor de busca não detinha capacidade para verificá-las.

A Relatora afastou a aplicação do artigo 14 do CDC, pois os provedores devem garantir sigilo, segurança e inviolabilidade dos dados cadastrais, além, é claro, do bom funcionamento do sistema, mas a filtragem de conteúdo de pesquisa não é uma atividade intrínseca ao serviço prestado.

Andrighi expõe o fato de que a hipótese de filtragem dos resultados de busca, em reiteradas decisões da Corte, representaria um tipo de censura, sendo, portanto, afastado em todas as hipóteses. Merece destaque:

(...) esta Turma ordenará que o GOOGLE, o YAHOO! e o BING censurem ou bloqueiem conteúdos disponíveis nos sites do SENADO, do CNJ e do STF, o que não faz sentido sob qualquer ângulo que se analise a matéria.

Ainda, a ministra citou o “Efeito Streisand”, quando o direito ao esquecimento possui efeitos contrários ao que se pretende. A discussão do REsp em análise no STJ, como indicado pela ministra, repercutiu ainda mais os fatos que se pretende esquecer em blogs de jornalistas, sendo ainda mais divulgado e compartilhado nas redes.

Por fim, Andrighi atenta para necessidade de indicação das URLs. A corte superior de justiça brasileira detinha entendimento pacífico sobre o tema, devendo o usuário indicar as informações consideradas ilegais e ofensivas para remoção.

Para ela, os resultados apresentados pelos buscadores nada mais seriam do que notícias de outros sites ou recursos da internet que independem do motor de busca, sofrendo atualizações de forma ininterrupta e constante. Portanto, seria inviável ao provedor de busca monitorar os resultados e definir critérios de filtragem de resultados.

A relatora votou pela não responsabilização dos mecanismos de busca e consequente provimento do recurso, entendendo que não há fundamento normativo no ordenamento jurídico que possibilite imputar aos mecanismos de busca responsabilidade pelo conteúdo produzido e colocado no ar por terceiros. Ainda, nos moldes do artigo 7º, I e X, do Marco Civil da Internet, destacou que cabe ao ofendido indicar as páginas a serem removidas.

---

<sup>121</sup> **RESP nº 1.316.921/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012.

O Ministro Marco Aurélio Bellizze, relator para o acórdão, iniciou seu voto divergente afirmando que haveria sim tutela da proteção de dados do cidadão na legislação brasileira, apontando a Constituição Federal – artigo 5º, LXXI), a Lei nº 9.507/1997, o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet.

O ministro afirma a proximidade das regras aplicadas no Tribunal de Justiça Europeu e com o ordenamento jurídico nacional. Para Bellizze, os pressupostos do Tribunal Europeu não são tão distintos, principalmente naquilo que é previsto na Diretiva 95/46/CE. O ministro explicou que o próprio Marco Civil da Internet, na Seção II do Capítulo III, estabelece a proteção aos registros, aos dados pessoais e às comunicações privadas.

Bellizze reiterou que permitir a desvinculação do nome da procuradora à fraude não significaria impor aos motores de busca o ônus de retirar conteúdo de terceiros da rede, ou seja, dar poderes de censor ao mecanismo, mas tão somente não afastar da tutela judiciária a apreciação de casos concretos nos quais seja observado a excepcionalidade e a razoabilidade na exibição dos resultados.

Ainda, o ministro discute o funcionamento do Google, sobretudo, no que concerne aos critérios de catalogação de notícias. Alguns motores, nas considerações de Bellizze, dão prioridade aos resultados mais recentes, outros, aos mais antigos. Contudo, estão em constante atualização com novas informações:

Isso porque, de fato, algumas páginas serão varridas novamente - segundo uma periodicidade que variará de acordo com um sistema exclusivo de ranking das páginas, que toma em consideração a quantidade de vezes que ela é mencionada na rede por outros usuários e o volume de consultas e acessos - , porém, outras páginas, por sua ínfima relevância no meio virtual, serão ignoradas em novas varreduras, mantendo-se íntegro o resultado atrelado na base de dados do Google Search aos argumentos de pesquisa inseridos pelos internautas.<sup>122</sup>

O fato de o critério de sugestão do motor de busca dar mais relevância para uma notícia, em detrimento da outra, sem observar o critério temporal, resulta que a notícia danosa à procuradores ainda constava nos primeiros resultados de busca, ainda que tivesse sido atualizada há quase uma década.

---

<sup>122</sup> **RESP nº 1.660.168/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. P/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018.

Segundo o Ministro uma busca direcionada de informações sobre uma pessoa, por meio de uma inclusão de seu nome ou termo como filtro exclusivo de busca, evita apenas que uma pesquisa “tenha por resultado a indicação do fato desabonador noticiado há uma década”<sup>123</sup>, impedindo a superação do fato.

O ministro fecha seu voto com uma redução do quantum da multa diária de R\$ 3.000,00 (três mil reais) diários, para o montante de R\$ 1.000,00 (mil reais) diário.

O voto-vista do Ministro Moura Ribeiro<sup>124</sup>, além de ressaltar o direito ao esquecimento enquanto um direito da personalidade, discutiu a tensão entre intimidade e liberdade de imprensa. Ressaltou ainda, que o incomodo da procuradora não está somente no fato de divulgarem seu nome relacionado à suposta fraude, mas, também, em não haver qualquer indicação de que sua inocência foi contemplada em face da denúncia. Ponderou o ministro que o pedido de desindexação é mais brando que o pedido de apagamento ou exclusão das páginas

Por fim, Moura Ribeiro<sup>125</sup> refutou a afirmação de que os provedores seriam tecnicamente incapazes de realizar tal filtro a exemplo do caso *La Vanguardia* x González, em que a decisão do Tribunal de Justiça Europeu, determinando a desindexação, foi plenamente acolhida pelos provedores de busca. Se na justiça europeia a desindexação foi possível nada impediria que na justiça pátria seja do mesmo modo. Acompanhou, portanto o a divergência do Ministro M. A. Bellizze.

O voto-vista do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva acompanhou a ministra Nancy Andrighi, ressaltando que antes da entrada em vigor do Marco Civil da Internet, nem com a indicação expressa da URL seria possível a imposição do ônus de filtragem de ilicitudes aos provedores de internet.

Em face do empate, manifesta-se, após pedido de vista, o voto do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. O ministro indica que a pretensão de desindexação não se trata de direito ao esquecimento, mas do chamado *right to erasure*, tratando-se uma perspectiva do individuo sobre os seus próprios dados e seu tratamento por terceiros. Finaliza, o breve voto, com a

---

<sup>123</sup> **RESP nº 1.660.168/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. P/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018.

<sup>124</sup> **RESP nº 1.660.168/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. P/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018.

<sup>125</sup> **RESP nº 1.660.168/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. P/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018.



conclusão de que do atrito entre o direito fundamental à informação e as liberdades públicas do cidadão, deve o primeiro prevalecer. Acompanha e decide pela divergência.

O presente Recurso Especial representa uma quebra de paradigma no entendimento do Superior Tribunal de Justiça brasileiro. Não apenas pela decisão final da Terceira Turma, mas principalmente pelo seu caráter técnico e argumentativo. Técnico no sentido de ter abordado o tema estrutural da internet, o que faltava aos julgados anteriores. Argumentativo na seara de, além do debate acirrado entre posições antagônicas, a proposição de alternativas ao problema. Notável, portanto, a mudança do enfrentamento da questão, saindo da concepção meramente principiológica, e partindo para uma análise das demandas concretas que norteiam a Internet. Ainda que seja notada a falta de abordagem de algumas questões, o julgado representa um avanço, ainda que discreto, ao tema. O presente trabalho propõe uma análise sobre o caso, que segue.

O primeiro ponto a ser analisado é a ausência de uma diferenciação clara, nos votos, entre a aplicação do direito ao esquecimento em face do direito de informação, da liberdade de expressão e do direito à divulgação.

Os motores de busca são empresas que fornecem serviços de buscas no ambiente digital, mas não produzem o conteúdo que vinculam como resultados. Por isso, não podem ser comparados a um jornal ou uma empresa jornalística. A função de um jornal é informar, ou seja, divulgar notícias, atendendo a critérios de relevância, interesse, comercialidade, ética e legalidade. Por outro lado, os provedores de busca facilitam o acesso às informações, mas não as produzem, não podendo ser responsáveis *prima facie* por danos ao usuário em função dos resultados de uma busca. Contudo, desde o início da década, tais instrumentos vêm reformulando suas políticas e buscando, não só informar, mas sugerir, também, aos seus usuários, produtos e informações<sup>126</sup>. Tal contexto propicia a viabilidade de responsabilizá-los em determinadas situações.

Outro argumento relevante, citado nos votos, está no fato de as provedoras de busca não serem capazes implementar uma filtragem dos resultados, bem como o argumento de que essa filtragem não é intrínseca ao serviço oferecido. O presente trabalho ousa divergir de tal assertiva. Considerando a quantidade de informações disponibilizadas, há uma ordem nas notícias consideradas de “topo de página” e de “fim de página”. O Google, por exemplo, indica

---

<sup>126</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 20-35.

que o critério de ordem é a relevância da notícia – ou seja, as notícias mais buscadas e comentadas pelos usuários aparecem primeiro<sup>127</sup>; contudo, não há como saber exatamente como algoritmo de tais empresas funcionam, seja pela pouca experiência técnica em computação do cidadão, seja pelo segredo industrial que tais critérios envolvem.

Ainda, não passa despercebido o fato de, na atualidade, os motores de busca fornecerem instrumentos de “impulsioneamento”, ou seja, o particular pode impulsionar manualmente a informação que deseja. Os motores de busca permitem, após aquisição do serviço, que sejam impulsionadas determinadas páginas e notícias. Nesse caso, inclusive, podem ser filtrados, no próprio aplicativo de divulgação, a quantidade de pessoas potencialmente atingidas pela divulgação, o perfil dos receptores da notícia e as regiões em que a informação deve ser divulgada. Tudo isso por um preço: quanto maior o valor do serviço adquirido, maior o raio de latência da informação<sup>128</sup>.

Ademais, o argumento de que os buscadores nada mais são do que noticiadores de outros sites e recursos da internet de terceiros, sendo que os primeiros meramente atualizam as informações de forma ininterrupta e constante, apresenta controvérsias. Pode ser observado no RESP n° 1.582.981/RJ<sup>129</sup>, que a informação entre o provedor e a página de busca não se correspondiam de maneira automática, gerando, inclusive, prejuízo ao ofendido, mesmo após a determinação de retirada da notícia.

Merece atenção o argumento dos provedores de buscas de que eles não devem ser responsáveis por desvincular termos de busca por isso não fazer parte do escopo de seu serviço. No caso concreto, uma pesquisa rápida do nome de “Denise Pieri Nunes” no Google, até a data do presente trabalho, aponta para 85.000 (oitenta e cinco mil) resultados. Seria humanamente inviável que a ofendida conseguisse selecionar todos os 85 mil resultados, filtrando o que se trata de conteúdo ofensivo, para que fosse apagado. Além disso, não parece razoável que se admita que a fornecedora do serviço, dominante do procedimento e do sistema, não tenha

<sup>127</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 29.

<sup>128</sup> GOOGLE. **Google Ads.**, 2019. Disponível em: <[https://ads.google.com/intl/pt-BR\\_br/getstarted/how-it-works/?subid=br-PT-ha-awa-sk-c-ce2!o3~CjwKCAiA8ejuBRaAeiwAn-iJ3mIUuztsTzTEhhshRrcWQ9\\_bBE1djZXf5D8X-71GYxV1Ss9wg7\\_pxoCJjMQAvD\\_BwE~84444984176~aud-780873439152:kwd-914831847~8139687081~382497928693&gclid=CjwKCAiA8ejuBRaAeiwAn-iJ3mIUuztsTzTEhhshRrcWQ9\\_bBE1djZXf5D8X-71GYxV1Ss9wg7\\_pxoCJjMQAvD\\_BwE](https://ads.google.com/intl/pt-BR_br/getstarted/how-it-works/?subid=br-PT-ha-awa-sk-c-ce2!o3~CjwKCAiA8ejuBRaAeiwAn-iJ3mIUuztsTzTEhhshRrcWQ9_bBE1djZXf5D8X-71GYxV1Ss9wg7_pxoCJjMQAvD_BwE~84444984176~aud-780873439152:kwd-914831847~8139687081~382497928693&gclid=CjwKCAiA8ejuBRaAeiwAn-iJ3mIUuztsTzTEhhshRrcWQ9_bBE1djZXf5D8X-71GYxV1Ss9wg7_pxoCJjMQAvD_BwE)>. Acesso em 22 nov 2019.

<sup>129</sup> **RESP n° 1.582.981/RJ**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016.

capacidade técnica para a remoção do conteúdo, mas a ofendida, sem meios técnicos viáveis, seja pretensamente capaz de fazê-lo.

Também é bastante questionável a afirmação de que um provimento ao direito ao esquecimento do indivíduo gere efeito reverso, o chamado “*Streisand Effect*”, causando paradoxalmente a publicidade ao caso quando se quer ser esquecido. Ora, esse efeito decorre, em parte, do modo como são tratados os casos pelo judiciário. Cita-se, em exemplo, o no REsp nº 1.679.465/SP<sup>130</sup>, sobre o vazamento de vídeo íntimo de uma jovem de 16 anos por um colega de escola que encontrou seu celular. No relatório do Recurso Especial está fixado o link do vídeo que se pretendia apagar, acessível a qualquer um, ainda disponível, divulgado em portais do cotidiano jurídico<sup>131</sup>. Assim, o próprio Poder Judiciário, inconscientemente, pode favorecer o *Streisand Effect* ao inserir o link do vídeo no corpo de acórdão público. Uma solução seria conferir sigilo a estes processos que tratam do esquecimento, com base no artigo 93, IX da Constituição Federal<sup>132</sup>, o qual permite o segredo a processos atrelados à intimidade da pessoa.

Por fim, a alegação de que “*right to erasure*” ser ou não ser um direito ao esquecimento é, de fato, controversa. Há autores que consideram o “*erasure*” um subtipo direto do direito ao esquecimento<sup>133</sup>. Isso mostra a ausência de uma consolidação de conceitos de tecnologia no mundo jurídico. Nem todo apagamento é direito ao esquecimento, nem todo direito ao esquecimento é apagamento. Há farto conteúdo sobre o tema na doutrina, contudo, a falta de uma delimitação sobre o assunto no STJ, gera um grau de incerteza. A desindexação de uma notícia de jornal de notória credibilidade acaba tendo o mesmo resultado que o apagamento de um vídeo íntimo de uma jovem num blog sobre pornografia.

Essa ausência de interdisciplinaridade entre o direito e a tecnologia nos casos de esquecimento pode impedir a análise técnica dos casos e suas singularidades. O resultado é que os votos da Corte acabam por tratar casos diferentes como se fossem iguais ou semelhantes.

<sup>130</sup> **RESP nº 1.679.465/ SP**, Rel. Ministra Nancy Andrigli, 3ª Turma, julgado em 13/03/2018, DJe 19/03/2018.

<sup>131</sup> Nesse sentido, observe-se, por exemplo, a disponibilidade em sites jurídicos em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/557633921/recurso-especial-resp-1679465-sp-2016-0204216-5/relatorio-e-voto-557633975?ref=juris-tabs>>. Acesso em 22 nov 2019.

<sup>132</sup> **BRASIL, Constituição Federal de 1988** – Capítulo III – Seção I – Disposições Gerais, Artigo. 93, IX. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 nov 2019.

<sup>133</sup> VOSS, W. Gregory; CASTETS-RENARD, Céline – **Proporsal for an International Taxonomy on the various forms of the “Right to be Forgotten”: A study on the convergence of norms** – *Colorado Technology Law Journal*, Boulder, v. 14, n. 2, p. 298-299, 2016. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2800742](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2800742)>. Acesso em: 30 set. 2019.

Aliás, a ausência de uma concretude terminológica, acarreta inclusive confusão nos pressupostos utilizados.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho analisa a construção do chamado direito ao esquecimento com base nos julgados do Superior Tribunal de Justiça, na doutrina e nos marcos legais, sobretudo, no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil.

A tecnologia se desenvolve muito rapidamente, permitindo que medidas antes consideradas inviáveis por julgados mais antigos dos Tribunais hoje sejam perfeitamente implementadas, impondo-se a atenção às novas orientações da justiça, procedendo-se ao necessário *distinguishing*. Se no fim da primeira década do século XXI os questionamentos orientavam-se no surgimento de uma internet cada vez mais orgânica, doméstica e democrática, na alvorada da segunda década do século os questionamentos são sobre a proteção de dados e da intimidade de seus usuários. Atualmente, o problema não é apenas averiguar quem criou determinadas notícias ou quem as colocou no ar, mas, também, quem viabilizou sua propagação, assegurou fácil acesso global e irrestrito a ela, e perpetuou no tempo a informação danosa. Os provedores de pesquisa não somente reduzem o tempo de busca<sup>134</sup>, mas viabilizam que as informações sejam encontradas por meio de seu tratamento de dados.

Hoje, não é possível falar em direito ao esquecimento sem incluir na discussão os provedores de busca. O avanço irrefreável da internet obriga os operadores do direito a considerarem um novo contexto em antigos debates. O usuário, em face do uso de dados, não é somente o consumidor, mas o próprio produto<sup>135</sup>. Suas informações transitam na internet de maneira fluida, líquida, e o direito de personalidade deve ser discutido de modo a preservar a intimidade do usuário. Não se pode olvidar que a democratização da rede detém como pilar a garantia fundamental à liberdade de expressão e a liberdade informacional. O esquecimento deve ser tratado de modo a equilibrar essa relação. Desta forma, alguns temas merecem atualizações em face das novas demandas sociais emergentes; não foge desta necessidade o direito ao esquecimento.

No caso Xuxa, RESP. n° 1.316.921<sup>136</sup>, o STJ indicou a ausência de legislação específica para tratar do tema. Ainda, afastou totalmente a possibilidade de ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor, por alegar que o motor de busca era apenas um “facilitador de informação” e que não detinha capacidade técnica para filtrar informações específicas de

---

<sup>134</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 6.

<sup>135</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 15-33.

<sup>136</sup> **RESP n° 1.316.921/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012.

usuários. Inaugurou, entretanto, a chance de se indicar a específica URL da notícia danosa por parte do ofendido. Mas prevaleceu o suposto direito à informação e o entendimento acerca da impossibilidade de impor aos provedores de busca a obrigação de restringir resultado. Evidente e sentida a ausência do Marco Civil da Internet ao caso, pois a lei sequer exista na data do julgamento.

Já em 2013, no caso envolvendo membros do judiciário envolvendo pedofilia, RCL nº 5.072/AC, mantem-se o entendimento de um vazio legal sobre o tema, bem como a necessidade de se indicar as URLs ofensivas por incapacidade dos provedores em identificar informações específicas dos usuários. Contudo, há um acréscimo considerável, principalmente no voto da Ministra Isabel Gallotti, que alberga a responsabilidade dos provedores de busca nos casos em que o motor de busca continua exibindo como resultados links de notícias já excluídas por violarem o direito ao esquecimento. Além disso, a definição de provedor de busca ganha outros contornos, se antes era mero “facilitador de informações”, agora, também é definido como “armazenador de dados”. Estabelece-se, especificamente, dois requisitos para a legitimidade do pedido de remoção da informação: um pedido individualizado da parte e uma decisão judicial determinando a remoção do conteúdo. A Reclamação nº 18.685, julgada em 2014, ainda fora da vigência do Marco Civil da Internet, segue a jurisprudência estabelecida na RCL nº 5.072/AC.

Não se pode olvidar o fato de 2013 ter sido o ano em que o Caso Snowden<sup>137</sup> ganhou as manchetes mundiais, a privacidade na internet e proteção de dados ganha protagonismo nos debates sobre a democracia na rede. O projeto de uma lei que regule a esfera digital ganha força no Congresso Nacional e, inclusive, é o ano de fortes protestos contra governos, protestos, em sua maioria, organizados em redes sociais. Em 2014, sob fortes polêmicas e debate intenso, é aprovado o Marco Civil da Internet.

O RESP. nº 1.582.981/RJ, de 2016, mostra sensível alteração no entendimento da corte. Já sob influência do Marco Civil da Internet, há aplicação do Código de Defesa do Consumidor por entender que, ao mostrar resultados incongruentes e danosos de páginas já condenadas à exclusão, o provedor de busca estaria cometendo uma falha de serviço. Além disso, discute-se o valor das astreintes. O Ministro Relator Marco Aurélio Bellizze, majorou a multa aplicada e determina a atualização das informações.

---

<sup>137</sup> BIONI, Bruno Ricardo – Op. Cit. Pág. 130-131.

Finalmente, no RESP. nº 1.660.168/RJ há forte questionamento quanto aos argumentos das decisões anteriores. Aplica-se o Marco Civil da Internet como tutor da possibilidade de remoção do conteúdo com base em seu artigo 7º, I e X. Há forte influência do julgado europeu no caso *La Vanguardia x González*. Questiona-se a impossibilidade técnica dos provedores de busca em remover conteúdos específicos de usuários sem indicação de URLs, pois em cumprimento de sentença do Tribunal de Justiça, Europeu a provedora condenada conseguiu cumprir decisão nesse sentido. Reconhece-se o *right to erasure* como um instrumento a ser observado pela legislação nacional. Com a vitória do voto divergente do Ministro Marco Aurélio Bellizze, o recurso é parcialmente provido e, inovando quanto ao direito ao esquecimento na internet, a desindexação foi determinada.

Dessa trajetória do direito ao esquecimento pode-se depreender a necessidade de integrar conhecimentos técnicos sobre a internet nos casos de direito ao esquecimento. O conhecimento sobre redes de computadores, estrutura digital, proteção de dados e engenharia da informática é algo que necessita de aprofundamento e pesquisa e integração com o direito. A mera discussão tradicional sobre o direito ao esquecimento não pode mais se esgotar em si mesma – o tema, hoje, é muito mais que um embate entre princípios, contando com leis específicas e com conceitos de tecnologia.

É importante que a jurisprudência seja atenta a definições das subespécies do direito ao esquecimento<sup>138</sup> – reabilitação, obscuridade, apagamento, desindexação, esquecimento digital, etc. O apagamento de uma notícia, por exemplo, não pode ser analisado sobre os mesmos pressupostos da desindexação de outra. Ambas, em maior ou menor grau, possuem consequências práticas diferentes.

É imprescindível, também, a divisão entre casos “dentro” e “fora” da internet. Como dito anteriormente, muitos dos votos não consideram essa divisão e tratam a retirada de um documentário de uma notória emissora de TV com o mesmo embasamento que a hospedagem de vídeos envolvendo a sexualidade de menores de idade.

Por fim, deve ser reconsiderada a argumentação que exime o provedor de busca de ser responsabilizado pela disponibilização de informações. Como demonstrado, há casos em que, mesmo quando aquele que informa é condenado a remover o conteúdo, o provedor de busca não remove o anúncio da informação indevida. Além disso, deve haver uma reconceituação dos

---

<sup>138</sup> VOSS, W. Gregory; CASTETS-RENARD, Céline – p. 298.

provedores de busca, pois há muito, tal prestação de serviço mudou. Se antes os motores de busca restringiam-se a hospedar as informações nutridas por terceiros, hoje, além dessa atividade, os provedores sugerem e promovem o impulsionamento de informações com os chamados “*AdSense*”.

A construção de julgados sobre o tema, em sede do Superior Tribunal de Justiça, está a se transformar, ainda que lentamente, na medida em que a internet avança no cotidiano dos indivíduos. Há visível diferença entre o julgado do RESP. nº 1.316.921, de 2012, e o mais recente caso, RESP nº 1.660.168/RJ de 2018. A internet avança em um ritmo nunca visto antes, e, sobretudo, tornou-se indispensável para a plenitude da vida das pessoas. A proteção de dados, a intimidade e a memória coletiva são temas que exigem atenção e reflexão dos operadores do direito. Nesse sentido, o direito ao esquecimento ganha mais espaço no novo cenário brasileiro e deve ser visto com a importância que a complexidade do tema exige, pois, nas palavras do Ministro Luís Felipe Salomão, “é tempo sim para debatermos esses pontos”.<sup>139</sup>

---

<sup>139</sup> MIGALHAS. **Enxergar censura no direito ao esquecimento é confusão na tese, afirma ministro Salomão.** TV Migalhas: VI Fórum Jurídico de Lisboa. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI277644,51045-Enxergar+censura+no+direito+ao+esquecimento+e+confusao+na+tese+afirma>. Acesso em: 24 nov. 2019.



## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Bruno de Lima; JÚNIOR, Marcos Augusto de Albuquerque Ehrhardt. **Uma agenda para o direito ao esquecimento no Brasil**. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017. p. 386.

BATALHA, Taianne Nayrara Sampaio. **Análise do direito ao esquecimento em face do princípio constitucional da vedação das penas de caráter perpétuo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2014. Pág. 16-18. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000018/00001848.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 32.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Tomaz Tadeu (org). Trad. Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 89-124.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019. p. 191-197.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. **Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm). Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Marco Civil da Internet. **Lei nº 12.965/2014**, Capítulo II – Dos Direitos e Garantias do Usuário, Art. 8º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 10 de nov de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.709/2018**. Capítulo I – Disposições Preliminares, Artigo. 5º, XII. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Visto em: 15.11.19.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RCL nº 5.072/AC**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Rel. para Acórdão Ministra Nancy Andrighi, 2ª Seção, julgado em 11/12/2013, DJe 04/06/2014.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RCL nº 18.685/ES**, Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva, decisão monocrática de 05/08/2014, DJe 22/08/2014.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RESP nº 1.316.921/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RESP nº 1.334.097/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RESP nº 1.335.153/RJ**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 28/05/2013, DJe 10/09/2013.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RESP Nº 1.582.981/RJ**, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RESP nº 1.660.168/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Rel. P/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze. 3ª Turma, julgado em 08/05/2018, DJe 05/06/2018.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **RESP nº 1.679.465/ SP**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 13/03/2018, DJe 19/03/2018.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; CARMONA, Flávia Nunes de Carvalho Cavichioli. **A aplicação do direito ao esquecimento aos agentes delitivos: uma análise acerca da ponderação entre o direito à imagem e as liberdades de expressão e de informação**. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 439

CARVALHO, Igor Chagas de. **Direito Ao Esquecimento: Reação À Expansão Sistêmica Dos Meios De Comunicação De Massa?**. Brasília, Distrito Federal. Dissertação, Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, 2016. p.11.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Direito ao esquecimento**. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/75fc093c0ee742f6dddaa13fff98f104>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CORREIA JR., José Barros; GALVÃO, Luís Holanda. **Direito Civil: Da Memória ao Esquecimento**. In: CORREIA JR., José Barros; GALVÃO, Vivianny (Org.). Direito à Memória e Direito ao Esquecimento. Maceió: Edufal, 2015. p. 22.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **VI Jornada de Direito Civil**. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, 2013.

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado trata do direito ao esquecimento na sociedade da informação**, 2013. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2013/abril/enunciado-trata-do-direito-ao-esquecimento-na-sociedade-da-informacao>. Acesso em: 10 out. 2019.

EUROPA. PARLAMENTO EUROPEU O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA – **Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da EU** - Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Portugal. 1995. Nº L 281. p. 31.

FOUCAULT, Michel – **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** – Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 163-164.

GOOGLE. **Google Ads.**, 2019. Disponível em: <[https://ads.google.com/intl/pt-BR\\_br/getstarted/how-it-works/?subid=br-PT-ha-awa-sk-c-](https://ads.google.com/intl/pt-BR_br/getstarted/how-it-works/?subid=br-PT-ha-awa-sk-c-)

ce2!o3~CjwKCAiA8ejuBRAaEiwAn-iJ3mI\_UuztsTzTEhhshRrcWQ9\_bBE1djZXf5D8X-71GYxV1Ss9wg7\_pxoCJjMQAvD\_BwE~84444984176~aud-780873439152:kwd-914831847~8139687081~382497928693&gclid=CjwKCAiA8ejuBRAaEiwAn-iJ3mI\_UuztsTzTEhhshRrcWQ9\_bBE1djZXf5D8X-71GYxV1Ss9wg7\_pxoCJjMQAvD\_BwE>. Acesso em 22 nov 2019.

HERMANN, Mario; PENTEK, Tobias; OTTO, Boris. **Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios: A Literature Review**. Working Paper No. 01 / 2015. Disponível em: [http://www.iim.mb.tu-dortmund.de/cms/de/forschung/Arbeitsberichte/Design-Principles-for-Industrie-4\\_0-Scenarios.pdf](http://www.iim.mb.tu-dortmund.de/cms/de/forschung/Arbeitsberichte/Design-Principles-for-Industrie-4_0-Scenarios.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarita. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Ed. 1995.

HILBERT, Martin. **How much information is there in the world?** *Science Daily*, Science News, 11 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.sciencedaily.com/releases/2011/02/110210141219.htm>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MACHADO, Joana; NEGRI, Sergio. **Ensaio sobre a promessa jurídica do esquecimento: uma análise a partir da perspectiva do poder simbólico de Bourdieu**. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 377.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete: The Virtue of Forgetting in the Digital Age**. Nova Jérsei: Princenton University Press, 2009.

MENDES, Laura Schertel. **Transparência e privacidade: violação e proteção da informação pessoal na sociedade de consumo**. Dissertação (mestrado), Faculdade de Direito da UnB. Brasília. 2008. p. 81-85.

MOTA, Leonardo de Araújo e. **Os Tempos Hipermodernos, de Gilles Lipovetsky**. Revista de Ciências Sociais. Vol. 35, Nº 2. p. 135-138.

NERIS, Natália; RUIZ, Juliana Pacetta; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Análise comparada de estratégias de enfrentamento a “revenge porn” pelo mundo**. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 333-347.

PIMENTEL, Alexandre Freire; CARDOSO, Mateus Queiroz - **A Regulamentação do Direito ao Esquecimento na Lei do Marco Civil da Internet e a Problemática da Responsabilidade Civil dos Provedores** - Revista da AJURIS – v. 42 – n. 137 – março. 2015. Pág. 56.

ROCHA, Maria Vital da; CUNHA, Isaac Rodrigues; OLIVEIRA, Karin de Fátima Rodrigues. **Esquecimento, internet e “preferência” da informação: possibilidades de aplicação da doutrina dos preferred rights da jurisprudência norte-americana ao caso brasileiro**. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 485

SARLET, Ingo Wolfgang, NETO, Arthur M. Ferreira. **O direito ao esquecimento na sociedade da informação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

SANTOS, Bruno P.; SILVA, Lucas A. M.; CELES, Claysson S. F. S.; NETO, João B. Borges; PERES, Bruna S.; VIEIRA, Marcos Augusto M Vieira; VIEIRA, Luiz Filipe M.; GOUSSEVSKAIA, Olga N.; LOUREIRO, Antônio A. F. **Internet das Coisas: da Teoria à Prática**. Departamento de Ciência da Computação – UFMG. Acesso em: <https://homepages.dcc.ufmg.br/~mmvieira/cc/papers/internet-das-coisas.pdf>. Visto em: 04 out. 2019.

SCHREIBER, Anderson. **As três correntes do direito ao esquecimento**. Artigos – Do Supremo. JOTA, 2017. p. 4. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-tres-correntes-do-direito-ao-esquecimento-18062017>. Visto em: 20 out 2019.

SCHWARTZ, Paul M. The EU-U.S. **Privacy Collision: A Turn to Institutions and Procedures**. *Harvard Law Review*, New Haven, v. 126, p. 1966, 2013. Disponível em: <http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2906&context=facpubs>. Acesso em: 28 set 2019.

STEINER, Renata C. – **Breves Notas Sobre Direito Ao Esquecimento. Direito Civil Constitucional: A Ressignificação Da Função Dos Institutos Fundamentais Do Direito Civil Contemporâneo E Suas Consequências**. Coord. Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk, Eduardo Nunes de Souza, Joyceane Bezerra de Menezes, Marcos Ehrhardt Júnior. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014. p. 95.

TEPEDINO, Gustavo (Organizador). **Problemas de direito civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 111-133.

VOSS, W. Gregory; CASTETS-RENARD, Céline. **Proporsal for an International Taxonomy on the various forms of the “Right to be Forgotten”: A study on the convergence of norms**. *Colorado Technology Law Journal*, Boulder, v. 14, n. 2, p. 298-299, 2016. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2800742](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2800742). Acesso em: 30 set 2019.

XAVIER, Simone Isabela de Rezende. **Privacidade em redes sociais: uma análise da experiência dos usuários**. (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2014. p. 11-13.

WEBER, Rolf. **The Right to be Forgotten: More than a Pandora’s Box?** *Journal of Intellectual Property, Information Technology and E-Commerce Law*, Karlsruhe, v. 2, n. 2, p. 112, 2011. Disponível em: <https://www.jipitec.eu/issues/jipitec-2-2-2011/3084>. Acesso em: 08 out 2019.



**Ministério da Educação e do Desporto**  
**Universidade Federal do Paraná**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**Ata da reunião da Comissão Julgadora da  
Monografia (Trabalho Final de Curso) do  
Acadêmico(a) VICTOR HUGO SILVA  
DE ALMEIDA**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 2019, às 18:00 horas, nas dependências do Setor de Ciências Jurídicas, reuniu-se a Comissão Julgadora da Monografia apresentada pelo(a) Acadêmico(a) VICTOR HUGO SILVA DE ALMEIDA, sobre o tema, "A TRAJETÓRIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E O ADVENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: JULGADOS DO STJ E MARCOS LEGAIS". A Comissão constituída pelos Senhores Professores, ILTON NORBERTO ROBL FILHO (Orientador), (Coorientador), FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO e RODRIGO LUÍS KANAYAMA, atribuiu as seguintes notas respectivamente: 9,5, 9,5, 9,5 e \_\_\_\_\_; perfazendo a média igual a 9,5.

Obs.

Curitiba - PR, 29 de novembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
ILTON NORBERTO ROBL FILHO

Orientador

  
\_\_\_\_\_  
FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

1º Membro

\_\_\_\_\_  
Coorientador

  
\_\_\_\_\_  
RODRIGO LUÍS KANAYAMA

2º Membro

## TERMO DE APROVAÇÃO

VICTOR HUGO SILVA DE ALMEIDA

### **A TRAJETÓRIA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E O ADVENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: JULGADOS DO STJ E MARCOS LEGAIS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

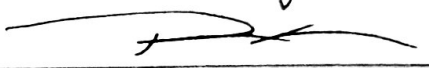


*ILTON NORBERTO ROBL FILHO*  
Orientador



Coorientador

*FABRICIO RICARDO DE LIMA TOMIO*  
Primeiro Membro



*RODRIGO LUÍS KANAYAMA*  
Segundo Membro